

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

ROBERT KIRCHHOFF BERGUERAND DE MELO

**JUSTIÇA ITINERANTE: EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA
AS POPULAÇÕES DISTANTES**

Porto Velho

2007

ROBERT KIRCHHOFF BERGUERAND DE MELO

**JUSTIÇA ITINERANTE: EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA
AS POPULAÇÕES DISTANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Jurídicas na
Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Orientador: Claudimir Catiari

Porto Velho

2007

ROBERT KIRCHHOFF BERGUERAND DE MELO

**JUSTIÇA ITINERANTE: EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA
AS POPULAÇÕES DISTANTES**

Claudimir Catiari
Presidente da Banca

Pedro Pereira de Oliveira
Prof. Especialista

Pedro Origa Neto
Prof. Especialista

Nota: 9,0

Porto Velho, 12 de julho de 2007.

*Aos meus pais, pelo amor e dedicação
desprendida em minha formação intelectual e
moral.*

*Aos meus irmãos, pelo companheirismo,
compreensão e afeto.*

*À tia Ozana e família, e aos tios Marcos e Isabel
e família, pela acolhida e sustento nos meus
primeiros passos da academia.*

*À Patrícia, pelo carinho e incentivo no início
imberbe e na conclusão temporã deste Curso.*

“... vocês não estão julgando para o homem, mas para o Senhor que estará com vocês sempre que derem um veredicto. Agora, pois, seja o temor do Senhor convosco; tomai cuidado no que fazeis; porque não há no Senhor nosso Deus iniquidade, nem acepção de pessoas...” II Crônicas 19:6-7.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 AS SOCIEDADES, O DIREITO E A JUSTIÇA A PARTIR DO FINAL DA IDADE MÉDIA	9
1.1 FEUDALISMO	10
1.1.1 <i>Administração da Justiça na Baixa Idade Média.....</i>	<i>11</i>
1.1.2 <i>Renascimento urbano e comercial: crise do feudalismo.....</i>	<i>13</i>
1.1.3 <i>As reivindicações burguesas por uma justiça mais justa.....</i>	<i>14</i>
1.2 PERÍODO DE TRANSIÇÃO: GÊNESE DO ABSOLUTISMO	15
1.2.1 <i>O Estado absolutista francês.....</i>	<i>16</i>
1.2.2 <i>A aplicação da Justiça na França de Luis XIV.....</i>	<i>18</i>
1.2.3 <i>As idéias iluministas, a Revolução Francesa de 1789 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão</i>	<i>19</i>
1.3 OS ESTADOS LIBERAL, SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A JUSTIÇA	21
2 UM OLHAR PARA O PASSADO SOB O PRISMA DO ACESSO À JUSTIÇA	25
2.1 OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS PARA UM EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA	26
2.1.2 <i>Custos da demanda.....</i>	<i>27</i>
2.1.3 <i>Morosidade.....</i>	<i>28</i>
2.1.4 <i>Condições financeiras das partes.....</i>	<i>29</i>
2.1.5 <i>Capacidade para o reconhecimento e reivindicação dos Direitos</i>	<i>31</i>
2.1.6 <i>Outros obstáculos vislumbrados</i>	<i>31</i>
2.1.6.1 <i>Estrutura do Judiciário Brasileiro</i>	<i>32</i>
2.1.6.2 <i>Desvirtuamento do princípio do duplo grau de jurisdição</i>	<i>32</i>
2.1.7 <i>Conclusões sobre os obstáculos ao acesso à Justiça</i>	<i>33</i>
3 SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA MELHORIA DA ACESSIBILIDADE: ONDAS “CAPPELLETIANAS”	35
3.1 PRIMEIRA ONDA: ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA PARA OS POBRES	35
3.1.1 <i>A primeira onda de acesso à Justiça e o Brasil</i>	<i>38</i>

3.2 SEGUNDA ONDA: REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS.....	40
3.3 TERCEIRA ONDA: DO ACESSO À REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO A UMA CONCEPÇÃO MAIS AMPLA DE ACESSO À JUSTIÇA. UM NOVO ENFOQUE DE ACESSO À JUSTIÇA.	42
3.3.1 <i>A reforma dos procedimentos judiciais</i>	43
3.3.2 <i>Métodos alternativos para decidir causas judiciais</i>	45
3.3.2.1 <i>Juízo Arbitral</i>	46
3.3.2.2 <i>Mediação</i>	47
3.3.2.3 <i>Conciliação</i>	48
3.3.3 <i>Outras reformas propostas</i>	50
4 JUSTIÇA ITINERANTE.....	51
4.1 CONCEITO	51
4.2 ORIGEM	52
4.3 ORIGEM CONSTITUCIONAL.....	54
4.4 FUNDAMENTOS	55
4.5 OBJETIVOS	57
4.6 A PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E OS EFEITOS EXTRAJUDICIAIS CAUSADOS PELA PRESENÇA DO JUDICIÁRIO NAS COMUNIDADES	62
4.7 EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS DE JUSTIÇA ITINERANTE.....	65
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
OBRAS CONSULTADAS	74

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais o Brasil tem presenciado a insatisfação de seu povo quanto à efetividade da Justiça. A descrença no Judiciário que vem se abatendo nas camadas menos favorecidas da sociedade, em razão das dificuldades do acesso à Justiça, ora visto como alcance das vias judiciais, ora como a efetivação da tutela pretendida, tem em cada vez mais atraído os holofotes da opinião pública e dos juristas para o tema.

Os obstáculos antepostos à efetiva prestação jurisdicional não são privilégio dos brasileiros, tão pouco recentes. Há tempos governos e estudiosos ao redor do mundo buscam alternativas, criam métodos e sistemas jurídicos, novas leis, bem como tentam a conscientização de seus jurisdicionados, objetivando a transposição de tais obstáculos, ao menos sua mitigação. Alguns obtiveram sucesso, outros carecem de resultados ainda em nossos dias.

A expressão *acesso à justiça* é de difícil definição, registrou Cappelletti e Garth, na festejada obra de idêntico nome, ressaltando que para eles o referido acesso: “serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico, o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado”. Esclarecendo que quanto ao sistema jurídico, “primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos” (1978, p. 8).

O professor Horácio Rodrigues (1994), por sua vez, também defende que o termo *acesso à justiça*, na doutrina, apresenta vários sentidos, sendo dois os principais: o primeiro, igualando justiça à Poder Judiciário, ou seja, dando ao acesso à justiça o mesmo significado que acesso ao Judiciário; já o segundo, numa visão mais axiológica da palavra justiça, considerando-o como o alcance de uma determinada ordem de valores e direitos fundamentais para o homem.

Destarte, podemos dar dois enfoques ao tema, primeiro analisando-o como acesso às vias judiciais, ao Judiciário, ao sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos; e segundo como a solução dos litígios, a efetivação da tutela judicial.

No presente trabalho buscaremos através do delineamento das transformações da sociedade, da evolução da administração e efetivação da Justiça, bem como dos obstáculos de acessibilidade, demonstrar como a adoção de alternativas à prestação jurisdicional formal, no caso a Justiça Itinerante, pode proporcionar o amparo às populações hipossuficientes quando da reivindicação de seus direitos individuais, sociais e difusos, direitos estes conquistados em momentos de adversidade por nossos antepassados, e que não podem ser sonegados pela ausência do Judiciário nas localidades distantes geográfica economicamente.

A inviabilidade da instalação de comarcas em determinadas regiões, ou até mesmo de postos avançados, não impede que o Judiciário para lá se locomova com a Justiça Itinerante, levando consigo a atividade jurisdicional do Estado, através de suas unidades móveis, proporcionando o atendimento dos populares por seus Juizes com a colaboração de Promotores de Justiça e Defensores Públicos, cumprindo sua função fim, a pacificação social.

1 AS SOCIEDADES, O DIREITO E A JUSTIÇA A PARTIR DO FINAL DA IDADE MÉDIA

A tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453 marcou o fim a Idade Média, que teve como marco inicial a queda do Império Romano do Ocidente (476), dando início a um novo tempo, a Idade Moderna.

Esse período de transição foi marcado, entre outros acontecimentos, pelo surgimento do Renascimento (ou Renascença), movimento caracterizado pelo intenso desenvolvimento cultural e artístico da Europa, no qual buscava-se na antiga cultura greco-romana inspiração e modelo de civilização.

O pensamento renascentista cedeu lugar ao iluminista, culminando mais adiante com a Revolução Francesa, isto é, com a grande revolução burguesa de 1789, dando surgimento ao Estado Liberal. Entretanto, antes disso, o continente europeu viveu sob a égide dos governos absolutistas, nos quais todo poder era centrado na pessoa do soberano, do rei, merecendo nesse estudo, um pouco de nossa atenção cada uma dessas fases.

Mas qual a importância do estudo da História para a temática do presente trabalho? Conforme salientado por Castro, História e Direito tem algo em comum: o homem. O Direito, em sentido lato, pode ser entendido como “o conjunto de normas para a aplicação da justiça e a minimização de conflitos de uma dada sociedade”, sendo certo que “estas regras, estas normas, esta sociedade não são possíveis sem o Homem, porque é o Ser Humano quem faz o Direito e é para ele que o Direito é feito” (2007, p. 2).

Assim, temos ser o estudo da História das sociedades e do Direito – em nosso trabalho, parte das Histórias – de suma importância para uma melhor compreensão, nas palavras da citada autora, “das conexões que existem entre a sociedade, suas características, e o direito que

produziu” (2007, p. 5), enfim, buscando-se as ligações existentes entre as regras criadas e as sociedades que as produziu, poderemos entender melhor a realidade em que vivemos, bem como compreender a aplicação da Justiça na atualidade.

Ademais, não se pode olvidar que a evolução da sociedade e do Direito nos levou a novos anseios de Justiça, a novas expectativas, decorrente do amadurecimento do pensamento humano que, com o progresso das civilizações e governos, também passou a reivindicar um novo tratamento pelas classes dominantes.

1.1 FEUDALISMO

O Império romano perto de seu fim diminuiu suas conquistas e, conseqüentemente, a arrecadação de espólios da guerra – bens de valor e escravos –, em razão disso enfrentou uma grande crise econômica, desprovido o Imperador de mão-de-obra para abastecimento das cidades e recursos para manter os exércitos. As invasões bárbaras nesse período se acentuaram, fazendo com que os nobres romanos comessem a se afastar das cidades levando consigo os camponeses que temiam ser saqueados ou escravizados.

Por volta do século IV a crise favoreceu a invasão do Império por diversos povos, entre eles, os germânicos que, por não terem hábitos urbanos, após atacar as cidades refugiavam-se nos campos integrando-se com as populações do antigo Império romano que lá havia se isolado por questões de segurança. Os germanos trouxeram para as terras ocupadas da Europa seu sistema econômico baseado em trocas naturais e na exploração coletiva do solo, resultando no surgimento de novos reinos, onde os valores culturais germânicos e romanos se fundiram para a construção da base social.

Os povos bárbaros receberam esse nome dos romanos no século II, pois eram considerados rudes, sem os mesmos padrões culturais. Todavia a dinâmica social dos povos germânicos foi alterada após as conquistas das terras da Europa ocidental, os camponeses que antes eram livres, passaram a se submeter à autoridade da nova elite formada pelos chefes guerreiros e grupos armados, isso porque os guerreiros detinham a posse das terras conquistadas. Sem terra, os camponeses se viam obrigados a trabalhar e se submeter à nova elite, dando origem a um dos pilares do feudalismo, a servidão.

Os povos germânicos também contribuíram de outras formas para o sistema feudal, como por exemplo, a descentralização do poder político, que segundo sua cultura se concentrava

nas mãos do patriarca da família, e não do rei ou de um Imperador; e a cultura do *comitatus*, pela qual o “chefe devia comporta-se com justiça e os guerreiros deviam obediência a ele” (ARRUDA e PILETTI, 2000, p. 99).

Séculos depois, as invasões islâmicas (séc. VIII) e vinkings (séc. IX), intensificaram ainda mais o clima de insegurança na Europa, tornado a vida somente possível junto aos castelos fortificados, consolidando assim o sistema feudal, organização econômica, política, social e cultural baseada na terra. Nos feudos “os servos trabalhavam nos domínios do senhor, pagando com produtos a utilização da terra e a proteção militar que deles recebiam”, afirmam Arruda e Piletti (2000, p.107).

Nessa época o comércio praticamente desapareceu e os contatos entre as regiões foram praticamente suspensos. Os feudos permaneciam isolados em meio às florestas e campos não cultivados. Um mundo fechado em si mesmo era o que representava cada feudo, como seus habitantes alheios a tudo que acontecia além de suas fronteiras.

Esse modo de vida foi sustentado por três pilares principais: a) produção auto-suficiente – o que se produzia nos feudos era apenas para consumo interno, não se destinando do comércio; b) poder político local – os senhores feudais eram os possuidores da terra, detendo o controle sobre as pessoas que nela trabalhavam, isso implicava na descentralização do poder em relação ao rei, e, conseqüentemente, no seu enfraquecimento; e, c) sociedade estamental – cada indivíduo era preso ao seu status social, que era definido pela hereditariedade.

A família feudal vivia nos castelos fortificados dentro dos feudos, que também abrigavam os servos na iminência de guerras. Em troca da proteção, os servos proviam os senhores com o cultivo da terra, criação de gado, produção de tecidos, pagamento de tributos entre outros.

Os senhores feudais exerciam poder absoluto em seus domínios, eram eles os responsáveis pela aplicação das leis, concessão de privilégios, declaração de guerras, celebração da paz e a administração da justiça.

1.1.1 Administração da Justiça na Baixa Idade Média

A Idade Média foi marcada, entre outras, pela fusão de três culturas: a romana, a germânica e católica, recebendo o Direito da época influência dessa fusão. Assim, temos que o Direito Feudal era constituído por normas consuetudinárias, estabelecidas de acordo com os

costumes de cada feudo. A oralidade do direito resultou num ordenamento jurídico heterogêneo, visto que as normas mudavam de região para região.

Com efeito, a administração da justiça também não era uniforme, sendo a jurisdição exercida de forma local, pois os costumes de um feudo poderiam não corresponder aos costumes de outro. Assim, cada senhor feudal tinha jurisdição sobre seus vassallos. A descentralização da administração da justiça era reflexo direto da descentralização política e administrativa dos reinos.

Segundo Castro, nessa época “o chamado ‘sistema acusatório’ era o que vigorava. Neste sistema o julgamento era meramente um confronto e não estava formada a noção de ‘interesse público’ no diz respeito a punir crimes” (2007, p. 138). Conforme mencionado, o procedimento era marcado pela oralidade e formalismo:

No dia fixado, as partes compareciam pessoalmente perante a assembléia formada pelos seus pares, sob a presidência do senhor feudal ou de um seu representante. O autor apresentava sua queixa de viva voz, através de rígidas fórmulas tradicionais, sem cometer nenhuma falha que permitisse ao adversário proclamar nula a demanda. Em seguida, competia ao acusado responder de imediato, uma vez que o silêncio equivalia a uma confissão. A defesa tinha de consistir em negações exatamente ajustadas aos termos da acusação, refutando-a palavra por palavra, *de verbo ad verbum* (GONZAGA apud CASTRO, 2007, p. 138-139) [grifo do autor].

A justificativa para esse procedimento acima narrado pautava-se na idéia de que a parte mentirosa, ciente de sua culpa, não combateria com muita veemência, até porque “Deus, sabedor de quem era a razão, facilitaria a sua derrota” (CASTRO, 2007, p.139). O que podemos constatar é a ausência de igualdade.

Além disso, temos também que a condução dos processos naquele período possuía certos requintes de crueldade que, em razão do tratamento desigual, só eram aplicados aos pobres. Um dos meios de prova mais usados nos processos penais, sempre que havia divergência nos testemunhos, era as Ordália (Ordálio ou Sentença divina). Seu fundamento era que Deus não podia beneficiar o culpado contra o inocente.

As modalidades de ordália mais utilizadas foram o ferro em brasa e o duelo judicial. No primeiro caso, o juiz e um sacerdote aqueciam o ferro, que o acusado era obrigado a segurar. O juiz cobria-lhe a mão com cera, punha-lhe por cima linho ou estopa e enfaixava tudo com um pano. Decorridos três dias, o estado da mão era analisado e se houvesse chaga o réu era considerado culpado e imediatamente condenado. O duelo judicial a cavalo ou a pé, segundo a

classe social dos intervenientes, durava três dias. Após esses dias, o vencido perdia o processo, se não houvesse vencido, perdia quem tinha pedido o desafio.¹

Nesse contexto das penas, também desperta a atenção chamada “morte civil”, que consistia na supressão de todo e quaisquer direitos do indivíduo, “o condenado tornava-se um morto em vida porque todos os direitos eram suspensos: desapareciam os laços jurídicos tanto maritais quanto patriarcais, a cidadania e os direitos patrimoniais” (CASTRO, 2007, p.141)

Assim, no entendimento de Arruda e Piletti, o Direito feudal “preservava os privilégios da nobreza como algo natural. Além disso, apelava para aspectos religiosos e não para regras jurídicas formais que valessem para todos” (2000, p. 170). Essas características serão motivos de revolta da classe comercial que surgirá a partir do século XI, a burguesia, já que “as penas eram formas de vingança e não formas de inserir o indivíduo novamente na sociedade. Os crimes eram tão comuns quanto a morte em batalhas ‘justas’. Ou não havia o Estado para proteger o cidadão ou este não tinha meios para fazê-lo” (CASTRO, 2007, p.142-143).

1.1.2 Renascimento urbano e comercial: crise do feudalismo

Com o fim das invasões bárbaras a Europa passou a presenciar dias de paz que trouxeram ao homem medieval melhores condições de vida. O isolamento dos feudos também contribuiu para a diminuição das epidemias e a conseqüente mortandade de pessoas. Esses fatores resultaram num crescimento demográfico além das capacidades de produção dos feudos, levando a um aumento das obrigações servis pelos senhores e na expulsão do excedente populacional de suas terras, tais atitudes tomadas pelo senhoril desencadearam uma série de revoltas camponesas, que aos poucos foram minando as estruturas feudais.

A intensa marginalização social não deixou outra alternativa de sobrevivência para os servos senão o estabelecimento em pequenas vilas ou aldeias, e antigos centros urbanos, que, com o passar do tempo, foram se transformando em potenciais pólos comerciais e futuros mercados.

Com a reabertura do mar mediterrâneo intensificou-se ainda mais o comércio, propiciando o ressurgimento das finanças com a volta da circulação monetária, do crédito, das letras de câmbio. Nesse processo ocorreu a inversão da riqueza, surgindo um novo segmento social, os comerciantes, em contraposição a supremacia dos latifundiários, os senhores feudais.

¹ WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ord%C3%A1lia&oldid=5407620>>. Acesso em: 5 Abr 2007

O florescimento comercial fez surgir novos centros urbanos que se formavam em torno das abadias e, principalmente, entorno dos burgos, que eram fortalezas edificadas e guarnecidas permanentemente, usadas como sede para tribunais e residências dos grandes senhores. O clima de segurança nesses locais atraía os mercadores e artesãos que em sua volta armavam tendas, montavam as feiras, realizavam o câmbio de moedas e expunham seus produtos, razão pela qual passaram a ser chamados de burgueses.

A atuação comercial, e conseqüentemente o crescimento das cidades, dava-se de acordo com as liberdades ou direitos adquiridos pelos burgueses junto ao senhor feudal, mediante o pagamento de dinheiro ou até mesmo pela força, já que as cidades se localizavam dentro dos domínios feudais. Em razão disso, ainda que houvesse uma relativa liberdade de atividades mercantis, os burgueses ficavam sujeitos aos nobres ou senhores, sendo obrigados a respeitar as leis locais e a pesada tributação.

Nesse contexto, o desenvolvimento comercial e o crescimento sócio-econômico fizeram surgir novas necessidades para a sociedade que se formava, incompatíveis com o sistema vigente, levando as cidades a buscarem maior independência e autonomia, dando início ao movimento comunal.²

Os comerciantes precisavam de mais trânsito inter-regional, de moeda única, administração organizada e sistema de tributação e jurídico coerentes, tais necessidades aliadas a outros fatores, acentuaram os conflitos entre a nobreza, representada pelos senhores feudais, e a emergente burguesia, representadas pelos comerciantes.

1.1.3 As reivindicações burguesas por uma justiça mais justa

Como já salientado, “na sociedade feudal o Direito vigente era baseado nos costumes e na tradição” (ARRUDA; PILETTI, 2000, p. 170), conservando privilégios da nobreza e recorrente a aspectos religiosos, não às regras jurídicas formais iguais para todos, revelando-se assim, por sua natureza, incompatível com os anseios da nova classe social que se formou, dinâmica e ávida por tratamento igualitário.

Os burgueses pleiteavam leis mais claras e que fossem aplicadas de forma igual para todos, pois só assim poderiam se fazer competitivos no mercado, ensinam Arruda e Peletti. Tais condições eram encontradas no Direito Romano que tinha como essência normas jurídicas

definidas e impessoais, e que havia ganhado novamente prestígio com o pensamento renascentista. Esse Direito era totalmente oposto ao até então vigente, já que “tratava-se de um direito formal, que não recorria à religião” (ARRUDA e PILETTI, 2000, p. 170).

O anseio burguês os aproximou dos reis, já que entre eles havia interesses comuns. Os comerciantes precisavam dos monarcas para a centralização do poder e conseqüente implantação da nova ordem jurídica, enquanto o rei precisava dos poderes econômicos e políticos burgueses para enfraquecer a classe feudal.

1.2 PERÍODO DE TRANSIÇÃO: GÊNESE DO ABSOLUTISMO

Na Baixa Idade Média os reis igualavam-se a senhores feudais, exercendo seus poderes apenas nos domínios reais. O poder era descentralizado, sendo cada nobre um verdadeiro monarca em seus feudos, já que “cada senhor cunhava suas moedas, fazia as leis e cobravam impostos e pedágios em suas terras” (ARRUDA e PILETTI, 2000, p. 134).

O renascimento comercial e urbano, o fortalecimento da burguesia, a transformação da economia de consumo para economia de mercado e a decomposição da rígida estrutura de camadas sociais (estamental), entre outros fatores, foram enfraquecendo o poder senhorial, levando à crise do feudalismo e, conseqüentemente, favorecendo a centralização do poder nas mãos do rei, possibilitando a extensão do domínio real por toda a nação.

A centralização do poder só foi possível mediante o controle do aparelho de Estado pelo monarca, constituindo-se esse controle no monopólio de três elementos: força, justiça e tributação, conforme ensinam Arruda e Piletti .

A força foi obtida pela criação dos exércitos nacionais financiados pela burguesia, sendo os soldados reais melhores preparados que os soldados feudais, já que aqueles se ocupavam apenas com a luta, enquanto estes na verdade eram camponeses, sem preparo e organização.

Na Justiça houve grandes transformações, entre elas destacam-se a adoção das leis escritas em substituição das leis costumeiras – influência do Direito Romano – garantindo maior segurança à burguesia que teve unificada as regras de comércio; a instituição do cargo de *bailio*, funcionário real de livre nomeação e destituição pelo monarca, contrapondo-se ao *preboste*, cargo

² <http://www.cocemsuacasa.com.br/ebook/pages/3260.htm>, acesso em 06 de abril de 2007.

hereditário com funções jurídicas entre outras; e por fim, a transformação da corte do rei numa corte de justiça da nação.

As mudanças na tributação decorreram das mudanças nos dois primeiros elementos, com um exército forte e leis escritas, o rei pode ampliar a cobranças de impostos, estendendo-a a camponeses e artesãos, aumentando a arrecadação da coroa.

Essas novas características do sistema econômico, político e social propiciaram a criação dos Estados Nacionais e, posteriormente, o surgimento de governos despóticos, as monarquias absolutistas, que tiveram maior intensidade na Inglaterra, França, Portugal e Espanha.

Entre os Estados em que vigoraram a teoria absolutista, Arruda e Piletti afirmam que “a França foi o modelo mais acabado de absolutização do poder” (2000, p. 171), razão pela qual estudaremos o Estado Absolutista sob o prisma do modelo francês.

1.2.1 O Estado absolutista francês

A França foi governada por mais de oitocentos anos pela família real capetúgia, nome recebido em homenagem a seu fundador, “Hugo, Duque de Francia. Hugo era denominado Capeto por causa da capa curta que sempre ostentava por ser abade secular em *St. Martin de Tours*”,³ sendo também liderada por membros da dinastia de *valois* e dos *Bourbons*. Foi nesta última dinastia que o absolutismo francês teve seu apogeu, com Luis XIV.

O Estado Absolutista, sucessor do Estado Feudal e antecessor do Estado Burguês (Liberal), firmou-se como um Estado forte, centralizado e duradouro, com forma de monarquia nacional. Pela teoria absolutista todo poder deveria ser concentrado nas mãos de uma só pessoa, tal concentração levou ao surgimento de governos cada vez mais despóticos, já que “o rei detinha os atributos da *soberania*: poder de decretar leis, fazer justiça, cobrar ou arrendar a cobrança dos impostos, manter o exército, nomear funcionários”, afirma Arruda e Piletti (2000, p. 172) [grifo do autor].

Vários fatores contribuíram para um tão alto grau de concentração, tais como o cultural, econômico, político, social, intelectual e divino, merecendo destaque esses dois últimos.

³ WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Dinastia_Capetiana&oldid=5608507>. Acesso em: 13 Abr 2007

O fator intelectual foi representado pelas contribuições de teóricos como Bodin, Maquiavel, Hobbes, Bossuet e outros. As teses desenvolvidas neste período ajudaram a realza se firmar dentro do regime absolutista, visto que preconizavam, a ordem como bem supremo de uma sociedade, contrapondo-se à anarquia do século XVI, fortalecendo assim a idéia de um poder organizado.

Para Maquiavel o Estado e o poder deveriam ser defendidos pelo rei acima de tudo, ainda que para isso fosse preciso desrespeitar princípios morais estabelecidos:

Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade [...] é necessário seja o príncipe tão prudente que saiba fugir à infâmia daqueles vícios que o fariam perder o poder, cuidando evitar até mesmo aqueles que não chegariam a pôr em risco o seu posto; mas, não podendo evitar, é possível tolerá-los, se bem que com quebra do respeito devido. Ainda, não evite o príncipe de incorrer na má faina daqueles vícios que, sem eles, difícil se lhe torne salvar o Estado [...] e, nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso das mesmas, Procure, pois, um príncipe, vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados, porque o vulgo sempre se deixa levar pelas aparências e pelos resultados, e no mundo não existe senão o vulgo; os poucos não podem existir quando os muitos têm onde se apoiar. Algum príncipe dos tempos atuais, que não convém nomear, não prega senão a paz e fé, mas de uma e outra é ferrenho inimigo; uma e outra, se ele as tivesse praticado, ter-lhe-iam por mais de uma vez tolhido a reputação ou o Estado (MAQUIAVEL, [s.d] p. 28-33)

Por sua vez, o fator divino, talvez o pilar mais robusto para sustentação do poder absoluto, consistia na semidivinização do monarca, pela qual exigia-se do povo obediência ao rei, sob pena de estarem desobedecendo a Deus. O maior representante dessa idéia foi o Bispo Jacques Bossuet, que defendia a autoridade sagrada do rei emanada do próprio Deus. Sobre essas idéias posicionou-se Jacques Corvisier:

Na consciência coletiva, os reis sagrados, ungidos pelo Senhor, dotados de poder de curara as escrúfulas, não são completamente leigos. A sagração é o casamento que contratam com a França, “esposa mística e mais privilegiada”, escreve Lê Bret. Aliás, Luis XIV fez a distinção entre sua pessoa e o Estado. Teria dito “O Estado sou eu”, mas declarou em seu leito de morte: “Eu me vou, mas o Estado permanecerá sempre”. Admite-se que o rei não tem propriedade, mas a soberania do Estado. Enfim, os contemporâneos consideravam como o “mistério da monarquia”, o fato de Deus conceder ao rei a graça especial de pôr a vontade real em conformidade com o bem público. Serão preciso todo o século XVIII, abusos e o despertar de idéias de controle da monarquia para que os franceses mudem de opinião (apud CASTRO, 2007, p. 202).

Nesse sentido, constata-se que as bases ideológicas foram se formando de modo a legitimar o poder absoluto, que, na teoria absolutista, tinha por origem o próprio Deus, submetendo à autoridade do monarca os homens e as coisas dentro de seus domínios.

Embora existissem limites à autoridade real, ela não era passível de controle ou restrições. A vontade do rei era o seu limite, existindo a confusão entre o Estado e o monarca, resultando na personificação do poder. O rei é o próprio Estado, como afirmou Luis XIV: “*L’État c’est moi* (O Estado sou eu)”.

Como todo poder se concentrava nas mãos do monarca, inclusive a administração da justiça, cabia a ele defender as leis fundamentais, todavia, como evidenciado pela história, com parâmetros de grande elasticidade.

1.2.2 A aplicação da Justiça na França de Luis XIV

Conforme esclarece Castro, antes da Reforma da Justiça feita pelo monarca, os privilégios do setor eram tão grandes que os tribunais se sobrepunham as prerrogativas do clero, dificultando a centralização do Poder de Justiça nas mãos de quem quer que fosse. Assim, Luis XIV formou o Conselho de Reforma, responsável pela criação do Código Luis, bem como pela reunião de todos os tribunais ao tribunal do rei, o monarca também criou o cargo de tenente de polícia, que posteriormente transformou-se em Tenente-Geral de Polícia, responsável pelo julgamento em última instância dos mendigos, vagabundos e vadios nos casos de prisão em flagrante.

A realidade em que se encontrava a Justiça foi relatada por Wilhelm:

Atores e atrizes do teatro do rei escapavam à justiça regular do soberano e podiam ser mandados para a prisão do *Fort-l’Evêque* por simples decisão do primeiro gentil-homem da Câmara, a quem estavam subordinados. [...] Por fim, os diretores do Hospital Geral tiveram desde a fundação da entidade em 1656 todos os poderes da justiça e polícia, “tanto dentro como fora”, sobre os mendigos e miseráveis, podendo encerra-los em seus diversos estabelecimentos. Michel Foucault observa com razão que “Hospital Geral é um estranho poder que o rei estabelece, entre a polícia e a justiça, nos limites da lei: a terceira ordem de repressão”. As ordens régias, enfim, que emanavam somente do rei, permitiam encarcerar sem julgamento e sem limites previsto de tempo, muitos culpados ou presumidos como tal. Elas serão usadas em larga escala durante o reinado (apud CASTRO, 2007, p. 204).

O texto acima evidencia a arbitrariedade presente na Justiça francesa de Luis XIV. Castro lembra que apesar e não existir pena de prisão, as unidades prisionais viviam superlotadas, uma vez que os tenentes tinham autoridade para prender qualquer um imediatamente, até os que cometiam pequenas infrações. Estes deveriam ser julgados nos dias posteriores, mas não raramente ficavam encarcerados por longos períodos.

Os juízes tinham poderes plenos e as leis eram obscuras. A citada autora diz que “a igualdade de todos perante a lei era idéia morta do Deuteronômio na Bíblia, a pena era muitas vezes mais contagiosa que determinadas doenças. Todo o sistema funcionava partindo do pressuposto de que o indivíduo desde que acusado era culpado” (2007, p. 211).

As injustiças da época fez uma parte da intelectualidade européia se insurgir, dando origem ao movimento conhecido pelo nome de Iluminismo ou Época das Luzes.

1.2.3 As idéias iluministas, a Revolução Francesa de 1789 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

O Iluminismo foi conhecido por ser um movimento marcado pela confiança absoluta no progresso e na razão, desafiando a autoridade, incentivando o livre pensamento como instrumento para o alcance da felicidade humana. A tecnologia obteve grandes avanços, sendo algumas das criações da época como a pilha, o condensador e o termômetro de mercúrio, utilizados por nós ainda hoje.

No campo do Direito, os iluministas “buscaram pensar em termos de cidadania não somente a posição do povo, mas também como deveriam ser os governantes no exercício do poder do Estado” (CASTRO, 2007, p. 206). Assim, a vida social passou a ser entendida como uma sociedade, isto é, uma associação de homens livres, que deveria ser regulada pela razão e em função do próprio interesse, o convívio.

Para esses novos pensadores, a igualdade necessitava ser reconhecida como um direito positivo constante de um corpo de lei e garantido pelo Estado, para ser de fato realizada. Defendiam também que as leis deveriam ser feitas pelo povo através de seus representantes eleitos, como fundamento da Nação, uma vez que somente a vontade do povo poderia conferir legitimidade ao poder político.

No século XVI a França ainda era um país agrário, com mais de 85% de sua população vivendo no campo. Apesar da expansão do capitalismo, a organização social ainda era feita nos

moldes da Idade Média, isto é, em estamentos. A sociedade era dividida em estados, no primeiro estava o clero, no segundo a nobreza e no terceiro a burguesia e as demais pessoas, ou seja, 98% da população.

Os dois primeiros estados gozavam de prerrogativas em detrimento e sob as expensas do terceiro, pois aqueles não pagavam impostos e, ao mesmo tempo, viviam às custas do dinheiro público. Essa situação dava origem a reivindicações do terceiro estado por igualdade civil e política. O custo de manutenção do clero e da nobreza instalou o caos na economia francesa, essa condição levou à necessidade de uma maior exploração do povo quanto aos tributos, provocando uma instabilidade política no Estado.

A crise econômica da França aliada às idéias iluministas culminaram com a revolução de 1798, e com a consequente consolidação das idéias iluministas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 26 de agosto de 1789, coroando as lutas burguesas.

Nesse universo formado, voltou-se à crença no Direito Natural, isto é, aquele que já nasce com o homem, contrariando as idéias medievais da dupla verdade, ou seja, a revelada por Deus e a conquistada pela razão. A essência da escola jusnaturalista residia na assertiva de que o homem já nasce com determinados direitos fundamentais, existentes independentes de qualquer justificação metafísica.

Por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão instituiu-se o Estado de Direito, fixando de forma solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, dentre os quais merece destaque: a) a igualdade de todos, quanto aos direitos; b) a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, como direitos naturais e imprescritíveis da pessoa humana; c) a delegação de autoridade pelo povo; d) o princípio da legalidade; e) a proibição de acusação, prisão ou detenção, com exceção dos casos previstos em lei.

Os novos direitos coincidiram com as aspirações da população, que posicionava-se contra aos privilégios da nobreza e do clero, entretanto, vale a ressalva feita por Dallari (1976), no sentido de que o Estado passou apenas a conservar os direitos daqueles que já o possuíam, nada fazendo pelos despossuídos, sendo a revolução fruto dos anseios da burguesia, que almejava um mercado livre.

Como extrato desses acontecimentos surgem os direitos fundamentais de primeira geração que “são os direitos e garantias individuais e políticos clássicos” (MORAES, 2001).

1.3 OS ESTADOS LIBERAL, SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A JUSTIÇA

No Estado Liberal, oriundo das revoluções americana e francesa, vigia a filosofia da não intervenção, ou seja, a abstenção do Estado para a proteção dos direitos individuais. Essa característica refletia o interesse burguês de impedir um comportamento positivo do Estado em relação aos Direitos Naturais do homem, entre os quais se destacava a proteção à propriedade privada. Nas palavras de Martinez:

Nas fases iniciais, o Estado Liberal tinha como marca a proposta da liberdade, num sentido bem preciso da liberdade, pois a luta pelas liberdades individuais não passava da defesa das liberdades individuais na vigência das ordens econômicas. Isto é, a chamada *liberdade negativa* (só fazer o que a lei não proíbe) punia veementemente a crítica à estrutura social que nascia com a ordem capitalista^[01]. As fases iniciais do Estado Liberal correspondiam ao implemento econômico do capitalismo e os direitos individuais não passavam de incremento desse processo de crescimento econômico. É como se dissesse que não havia liberdade fora da área econômica, por exemplo, não havia liberdade para questionar a propriedade privada (2006).

A fato do Estado não intervir no domínio econômico levava, conseqüentemente, a sua omissão em relação problemas sociais e econômicos, trazendo sérios prejuízos para a sociedade, isso agravado pela inexistência de Direitos sociais. O Estado do “Laissez-faire”, de não-intervenção, da liberdade de iniciativa e de contrato, consistia na premissa de que se cada um defende-se seu próprio interesse, o interesse coletivo seria automaticamente protegido. Com base nessa ideologia, foi privilegiado o capital em detrimento do trabalho, já que cada indivíduo tinha “liberdade” para contratar com seu semelhante, sem proteção e fiscalização estatal. Conforme frisado por Maulaz, a existência das idéias abstratas concernentes ao exercício das liberdades e igualdades formais, bem como da propriedade privada, acabou culminando com o período que houve a maior exploração do homem pelo homem.

Continua o citado autor explicando que o homem alcançou a liberdade frente ao Estado com o implemento de um documento formal – no Estado Liberal as liberdades individuais deviam ser positivadas, assim todas elas contavam com alicerce constitucional, sendo a Constituição um pacto político que representa esquemática e fundamentalmente o Estado burguês de direito – garantindo vários direitos de primeira geração. Ocorre que essa garantia era meramente formal, já que a condição humana nada melhorou em relação aos períodos do absolutismo e do feudalismo.

Com efeito, essa “liberdade” pregada no liberalismo resultou tão-somente na liberdade dos assalariados se submeterem aos interesses dos empregadores. A exploração da mão-de-obra, que não conhecia sexo ou idade, foi tornando cada vez mais crescente a pobreza, a miséria e a criminalidade nas grandes cidades, fazendo surgir sérios problemas sociais e descontentamento da classe trabalhadora, os operários.

Nesse contexto de insatisfação das classes menos favorecidas em razão das crescentes desigualdades econômicas, surgiram as principais idéias reacionárias, manifestas no liberalismo autêntico, comunismo, anarquismo e no socialismo que despontava como um sistema político onde se defendia propriedade coletiva dos meios de produção, a inexistência de propriedade privada, e a redução das desigualdades sociais e do analfabetismo.

As pressões da sociedade no fim do século XIX aos poucos foram provocando a transição do modelo liberal clássico (*laissez-faire*) para o Estado Social, no qual adotava-se uma postura mais intervencionista. Os Direitos do Homem nessa fase da História ganharam novos contornos com a Constituição Mexicana de 1917, a primeira no mundo a reconhecer as garantias sociais e os direitos coletivos dos trabalhadores, a Constituição de Weimar, bem como com a criação da Organização do Trabalho – OIT, passando assim a surgir os direitos coletivos de natureza social, em fim, surgindo os direitos de segunda geração, “relacionados com o trabalho, o seguro social, a subsistência, o amparo à doença, e à velhice etc.”(CAVALCANTI apud MORAES, 2001, p. 57).

O que se pretendeu nesse novo momento não foi a criação de uma nova gama de direitos, não era acrescentar direitos de segunda geração ao de primeira, mas sim buscar a materialização dos direitos anteriormente formais, surgindo a necessidade de uma releitura dos direitos fundamentais, adaptando-os à nova demanda social, explica Maulaz.

Com efeito, o Estado passa a ter um campo de atuação maior, já que agora ele não deve garantir os direitos apenas formalmente, mas sim materialmente, o que o leva a agir na área econômica e social, buscando novos fins e, conseqüentemente, reduzindo as diferenças entre o senhor e o escravo, isso nos faz concordar com o supracitado autor quando afirma que “nesse novo paradigma, o antigo cidadão-proprietário do Estado liberal é encarado como o cliente de uma Administração Pública garantidora de bens e serviços” (s.d., p. 9).

Essa releitura não se restringiu ao campo dos direitos individuais, mas alcançou também a separação dos poderes. Tratando especificamente do Poder Judiciário, Maulaz citando Carvalho Netto diz:

Diferente do que ocorria no paradigma anterior, na idade do Estado social o Poder Judiciário não se limita a ser a *bouche de la loi*, realizando, tão-somente, uma tarefa mecânica de aplicação da lei subsumida automaticamente ao fato.

Agora, exige-se que o juiz seja *la bouche du droit*, pois a hermenêutica jurídica estabelece métodos mais sofisticados como a análise teleológica, a sistêmica e a histórica, “capazes de emancipar o sentido da lei da vontade subjetiva do legislador na direção da vontade objetiva da própria lei, profundamente inserida nas diretrizes de materialização do direito que mesma prefigura, mergulhada na dinâmica das necessidades dos programas e tarefas sociais” (s.d., p. 10). [grifo do autor]

Assim, continua o citado autor afirmando que o “Estado social, na verdade, representa uma transformação efetiva da superestrutura do Estado liberal” que, coagido pela população, passou a conferir “direitos do trabalho, da previdência, da educação”, intervindo na economia como distribuidor, ditando o salário, manipulando a moeda, regulando os preços etc., em suma, passou a atuar em domínios que antes não lhe pertenciam, isto é, áreas de iniciativa individual, razão pela qual o Estado passou a ser chamado de social (s.d., p. 10 et seq.).

O homem, como ser mutável que é, evoluiu e o contexto mundial pós Segunda Guerra Mundial passou a ser caracterizado por sociedades hipercomplexas que, conforme Carvalho Netto, “comportam relações extremamente intrincadas e fluidas” (apud MAULAZ, s.d., p. 12). A realidade que se apresentou exigia um novo modelo de Estado, cedendo então o Estado do bem-estar-social lugar ao Estado Democrático de Direito que trouxe consigo a terceira geração de direitos, ou seja, os direitos difusos e coletivos, conhecidos que são os chamados “direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos e outros direitos difusos” (MORAES, 2001, p. 57-8).

A releitura feita na passagem do Estado Liberal para o Social, também se fez necessária na passagem deste para o Democrático de Direito, para adequação ao novo modelo que contar com o Poder Judiciário para sua concretização. Com efeito, o Juiz passa a adotar uma nova postura diante do texto normativo e do caso concreto, uma vez que requer-se decisões judiciais que “ao retrabalharem construtivamente os princípios e regras construtivos do Direito vigente, satisfaçam, a um só tempo, a exigência de dar curso e reforçar a crença tanto na legalidade,

entendida como segurança jurídica, como certeza do direito, quanto ao sentimento de justiça realizada, que deflui da adequabilidade da decisão às particularidades do caso concreto” (CARVALHO NETTO apud MAULAZ, s.d., p. 14).

No modelo democrático de direito em que vivemos o Juiz não é mero aplicador da lei, cabe a ele, segundo Guerra Filho, a “harmonização de interesses que se situam em três esferas fundamentais: pública, ocupada pelo Estado, a privada, que se situa o indivíduo, e um segmento intermediário, a esfera coletiva, na qual há os interesses de indivíduos enquanto membros de determinados grupos formados para a consecução de objetivos econômicos, políticos, culturais ou outros” (apud MAULAZ, s.d., p. 17).

Nesse sentido, pode-se concluir, conforme Cattoni, citado por Maulaz, que não se pode isentar os operadores do direito da responsabilidade do projeto constitucional-democrático. A ordem constitucional brasileira ordena uma maior consciência hermenêutica, além da responsabilidade ética e política, necessárias a sua implantação.

2 UM OLHAR PARA O PASSADO SOB O PRISMA DO ACESSO À JUSTIÇA

Pretendemos na primeira parte deste trabalho mostrar as transformações da sociedade, Direito e da Justiça ao longo do tempo, apontando suas peculiaridades. No sistema feudal, caracterizado pela inexistência de leis positivadas, pelos procedimentos pautados na fé, pela desigualdade patente entre servos, vassalos e senhores, o acesso a uma Justiça justa era praticamente inconcebível. Nos estados absolutistas onde o monarca se intitulava representante do próprio Deus, a Justiça também era aplicada com arbitrariedade e pautada em critérios elásticos, conforme os interesses em questão. Nos estados liberais, erigidos sob a bandeira da liberdade, o Estado-Juiz manteve-se distante dos problemas sociais, significando o direito de acesso à proteção judicial, segundo Cappelletti e Garth, “essencialmente o direito formal do indivíduo agravado de propor ou contestar uma ação. A teoria era de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um ‘direito natural’, os direitos naturais não necessitava de uma ação do Estado para sua proteção” (1988, p. 9). Continuam explicando os citados autores que no sistema do *laissez-faire* a Justiça estava ao alcance apenas daqueles que podiam arcar com seus custos, isto é, os burgueses, os empregadores; o que não podiam – o proletariado e os desempregados – ficavam a mercê da própria sorte. Tal realidade revela a igualdade meramente formal vigente no modelo liberal.

A evolução da sociedade do modelo liberal fez surgir também novos direitos, os já mencionados direitos de segunda e terceira geração, tornando-se necessária uma postura mais positiva do Estado no sentido de assegurar-los a todos. Nesse sentido, salientam Cappelletti e

Garth que “o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital [...] uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação” (1988, p. 11). Nesse sentido, o acesso à Justiça mostra-se como requisito fundamental no sistema jurídico moderno e igualitário, onde se objetiva a garantia e não a mera proclamação dos direitos de todos.

Para que seja possível a efetividade da Justiça, não se pode olvidar que muitas dificuldades do passado ainda persistem em nossos dias, devendo por essa razão, o enfoque do acesso à Justiça se dar de forma sensível a realidade social. Na esteira dos supracitados autores, hoje os juristas devem ter em mente que as técnicas processuais não servem a outra coisa, senão a funções sociais; que existem outras formas de solucionar os conflitos além das cortes; que é necessária a criação e/ou encorajamento de alternativas ao sistema judiciário formal, entre outros. Vivemos em uma sociedade complexa, ou melhor, hipercomplexa, sendo necessário que o Estado-Juiz se mostre acessível e pronto para atender de forma eficaz os anseios do povo, garantido um efetivo acesso à Justiça a todos os que dela precisam.

2.1 OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS PARA UM EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA

O que seria a efetividade do acesso à justiça? Cappelletti (1998) já afirmou ser o conceito de “efetividade” algo vago, entretanto, sugere que analisando em relação a um certo direito subjetivo, poderia o termo se referir a uma “igualdade de armas”, ou seja, uma luta onde as partes dispusessem dos mesmos recursos bélicos, sendo o resultado da demanda decorrente dos méritos jurídicos individuais, não de condições externas, estranhas ao Direito. Fazendo um paralelo, é como se numa corrida automobilística os corredores realizassem a prova com um mesmo tipo de carro, os mesmo motores, pneus e equipe mecânica, sendo o resultado da corrida determinado tão somente pela capacidade dos pilotos. O citado autor entender se essa igualdade de condições algo utópico, as diferenças existentes entre as partes não podem se eliminadas por completo, todavia, o que não se pode é em razão disso, desistir-se da busca por condições igualitárias, em suas palavras: “a questão é saber até onde avançar na direção do objetivo utópico e a que custo” (1998, p. 15).

O caminho de um acesso à justiça efetivo é marcado por obstáculos que precisam ser transpostos, no entanto, isso só será possível com a identificação dos mesmos, e conseqüente análise de suas características, de modo a termos condições para romper as barreiras que são

impostas aos cidadãos. Seguindo os passos de Cappelletti e Garth, analisaremos neste momento alguns dos obstáculos por eles identificados.

2.1.2 Custos da demanda

Quando falamos em custos não nos referimos apenas às custas processuais, mas sim a um conceito mais amplo, mais abrangente. Segundo Abreu (2003), as custas envolveriam: as despesas processuais, divididas em iniciais e incidentais, como p. ex., perícias e diligências; honorários advocatícios, devidos ao final da demanda; e por fim as despesas extraprocessuais, que englobaria as viagens, despesas com advogados, reproduções de documentos, autenticações, serviços de assistentes técnicos e outros.

Na lição do Professor Humberto Theodoro Júnior (2004), em regra, a prestação jurisdicional é serviço remunerado, salvo nos casos de miserabilidade, em que é concedido à parte o benefício da “assistência judiciária”. Para a lei, é considerado necessitado “todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família”.⁴ Com efeito, não sendo as partes pessoas necessitadas, caberá a elas “prover as despesas dos atos que realizam ou requerem no processo”.⁵

O professor ainda ensina que as custas estão incluídas no gênero dos tributos, sendo “verbas pagas aos serventuários da Justiça e aos cofres públicos, pela prática de atos processuais conforme a tabela da lei ou regimento adequado”, enquanto as despesas “são todos os demais gastos feitos pelas partes na prática dos atos processuais com a exclusão dos honorários advocatícios” (2004, p. 84).

Para o legislador brasileiro, as partes deverão arcar, antecipadamente, e desde início até a sentença final, com pagamento das despesas dos atos que realizarem ou requererem. A não realização desse ônus trará consequências desastrosas aos interesses dos requerentes. O não pagamento antecipado das despesas processuais importará na não realização do ato requerido. Com efeito, requerendo a parte o depoimento de uma testemunha, mas não arcando com as despesas de sua intimação, será realizada a audiência sem a coleta do depoimento pleiteado. Somando-se a isso, temos ainda que se a falta do ato obstar o prosseguimento da marcha

⁴ Artigo 2º, *parágrafo único*, da Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, que Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

processual, poderá ser configurado o *abandono de causa*⁶, que por sua vez terá como consequência a extinção do processo, sem julgamento do mérito (THEODORO JÚNIOR, 2004).

Além das despesas iniciais e das realizadas no curso do processo, temos ainda aquelas advindas da sucumbência, ou seja, da obrigação que tem a parte vencida de recompor os gastos realizados pela parte vencedora. Conforme Theodoro Júnior, o princípio da sucumbência consiste em atribuir à parte vencida toda a responsabilidade pelos gastos do processo, assentando-se na idéia de que ele não deve implicar em prejuízo para a parte que tem razão.

A crítica de Cappelletti em relação aos altos custos de um processo reside no fato de que:

[...] a menos que o litigante em potencial esteja certo de vencer – o que é de fato extremamente raro, dadas as normais incertezas do processo – ele deve enfrentar um risco ainda maior [...] a penalidade para o vencido em países que adotam o princípio da sucumbência é aproximadamente duas vezes maior – ele pagará os custos de ambas as partes (1988, p.17).

A partir dessa reflexão, pode-se dizer, conforme o mencionado autor, que “torna-se claro que os altos custo, na medida em eu uma ou ambas as partes devam suporta-los, constituem uma importante barreira ao acesso à justiça” (1988, p.18).

Convém lembrarmos que no Brasil as pessoas necessitadas não arcam com as despesas de um processo nos termos da Lei 1.060/50, todavia, somente essas pessoas, as demais, invariavelmente, devem se submeter aos custos.

2.1.3 Morosidade

A morosidade da Justiça, que tem suas mais variadas raízes, produz efeitos devastadores para as partes em litígio. Para Cappelletti, ela “aumenta os custos para as partes e pressiona os economicamente francos a abandonar suas causas, ou a aceitar acordos por valores muito inferiores àqueles a que teriam direito” (1988, p.20).

Para se ter uma idéia de como anda o Judiciário brasileiro, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, elaborou um estudo intitulado *Judiciário e Economia* no qual mediu-se a taxa de congestionamento dos processos através da soma do número de processos em tramitação mais o número de processos entrados, divida pelo número de

⁵ Artigo 19 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

⁶ Artigo 267, incisos I e II, § 1º, idem.

processos julgados em um ano, chegando a marca aproximada de 60% de processos congestionados.

Ainda segundo o estudo, essa taxa de congestionamento é responsável pelo tempo de duração dos processos que varia de 10 a 20 meses na 1ª instância; de 20 a 40 meses na 2ª instância; e ainda de 20 a 40 meses nas instâncias especiais.

As dificuldades de recuperação de crédito na Justiça são facilmente percebidas por meio do exemplo dado pelo Ministério da Fazenda, no estudo em comento. Para o Ministério:

[...] se o processo tiver curso até o fim, para valores até R\$ 500, verifica-se que o custo é superior ao valor da causa, o que inviabiliza o uso do serviço judicial. Mesmo para o maior valor de contrato considerado no estudo, de R\$ 50 mil, quase 76% desse valor se perderia ao longo do processo judicial, o que explica o porquê do desestímulo do cidadão de recorrer ao serviço jurisdicional. De fato, da perspectiva do proponente do pleito, que tem um direito a ser ressarcido, só é economicamente viável levá-lo até seu termo caso seja uma causa de alto valor ou se disponha de estrutura jurídica permanente, como no caso das empresas de grande porte. Já do lado da parte ré, é economicamente vantajoso estender o pleito até seu último recurso, pois o valor da sentença não sofre atualização na mesma proporção que o rendimento oferecido por ativos financeiros.

2.1.4 Condições financeiras das partes

São inegáveis as vantagens obtidas na propositura e na defesa das demandas pelas pessoas que possuem recursos financeiros consideráveis. Entre os vários efeitos da desigualdade econômica, podemos citar o fato da parte mais próspera poder arcar com os custos da lide, bem como de suportar a demora do deslinde da causa. Há que se considerar também a relação existente entre a maneira como os argumentos são apresentados na lide, mais eficientes ou não, e os recursos despendidos, visto que às partes cabe a obtenção de provas, o desenvolvimento e a discussão da causa, afirma Cappelletti.

Bruggemann, em seu livro “Um Caminho para a Justiça”, assim se posiciona sobre as condições financeiras de parte dos brasileiros nas demandas judiciais:

Como 49,3 milhões de pessoas, correspondente a 29,3 % da população brasileira vive na miséria, é impossível que possuam condições de arcar com qualquer tipo de despesa em relação a processo. Aliás, essas pessoas sequer possuem esclarecimento suficiente para saber se têm direitos a alguma coisa (apud COELHO, 2005).

Ainda sobre a miséria no Brasil, pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas apontou no seguinte sentido:

O Brasil tem 49 milhões de pessoas vivendo na miséria, sendo que cerca de 45% delas têm menos de 15 anos. São considerados indigentes porque têm renda mensal inferior a R\$ 79,00 por mês – mínimo necessário para consumo de uma cesta básica, conforme parâmetros da Organização Mundial de Saúde. A miséria dessas pessoas representa 29,3 % da população brasileira (apud COELHO, 2005).

Indo mais afundo na situação econômica do nosso povo, estudos mostram que quase 40% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, gastam menos de US\$ 1,00 (um dólar) por dia:

Quase 40 % da população urbana brasileira vive abaixo da linha de pobreza. Não há mais bolsões isolados, e nem a pobreza decorre necessariamente da inserção profissional das pessoas em atividades de baixa produtividade. Hoje, os pobres se espalham por todos os setores da economia, inclusive entre os servidores públicos e os empregados de empresas privadas modernas (BENJAMIN; ALBERTI; SADER apud FIGUEIREDO, 2001).

Diante de tais dados, é indiscutível que as diferenças sociais existentes em nosso país, influencia de forma negativa o pleno acesso à justiça.

A submissão dos conflitos à apreciação imparcial de um juiz encontra dificuldades na pobreza. Para muitos, até os direitos fundamentais de primeira geração são negados. Num país como o Brasil, o juiz deve estar atento à sua atuação, zelando para ser um fator de regate de seus semelhantes, nunca perdendo de vista a realidade concreta em que atua, afirma Nalini (2007).

Há quem afirme que a Justiça não é igual para todos. O rico contrata bons advogados e pode, assim, ter realmente assegurada ampla defesa e o contraditório. E o pobre, aquele brasileiro e brasileira, verdadeiros pés descalço e descamisado que até já perdeu o emprego ? Como lhe assegurar ampla defesa e o contraditório? Os Estados, embora deficientes, ainda mantém suas defensorias públicas. [...] Como então deve ser a acessibilidade econômica à Justiça? Para uns, a isenção de sacrifício econômico ao litigante acarretaria mais inconvenientes do que vantagens: os ricos acabariam favorecidos uma vez que os gastos com atuações judiciais devem ser suportados por todos. Além do que, uma justiça indiscriminadamente gratuita contribuir para fomentar o número de demandas, ou seja, litigar por litigar (MACHADO apud FIGUEIREDO, 2001).

2.1.5 Capacidade para o reconhecimento e reivindicação dos Direitos

Sobre o tema, Cappelletti e Garth entendem que além das vantagens dos recursos financeiros, a acessibilidade à Justiça também é determinada pela superação dos obstáculos das diferenças de educação, meio e *status* social. Para que um direito possa ser de fato reivindicado no Poder Judiciário, as citadas barreiras precisam ser pessoalmente superadas. “Muitas (senão a maior parte) das pessoas comuns não podem – ou, ao menos, não conseguem – superar essas barreira na maioria dos tipos de processo” (1988, p. 22).

Os graus de escolaridade e cultural do brasileiro influenciam-no sobretudo na percepção da exigibilidade de seus direitos e dos meios de sua reivindicação, afastando-o de um pleno acesso à Justiça. Pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, intitulada “Imagem do Judiciário”, revela nosso desconhecimento sobre a organização do Estado, em especial sobre o Poder Judiciário. Trouxemos à colocação alguns trechos do trabalho:

[...] no geral os grupos pesquisados estão mais familiarizados com os poderes Executivo e Legislativo do que com o Poder Judiciário, parecendo conhecer um pouco mais o papel e as principais funções dos dois primeiros. Mesmo nos grupos AB nota-se uma grande confusão quanto ao papel de cada poder. Sobre isso, sabe-se apenas o básico: o Legislativo faz as leis; o Executivo governa, “cumprindo ou não” as leis; o Judiciário faz com que elas sejam cumpridas. A confusão mais visível ocorre na percepção do poder de polícia, freqüentemente atribuído ao Poder Judiciário [...] Nos grupos de classe C/D o Judiciário está muito ligado á idéia de penalização, sendo relativamente forte o conceito de que a justiça existe para impor penas, condenar os que cometem crimes ou transgridem as leis. [...] Os limites quanto ao papel real do Judiciário não estão claros, e tendem a ser exagerados. O cidadão o associa diretamente às questões ligadas à segurança pública de tal forma que, na mente de pessoas mais simples, agentes da polícia, por exemplo, fazem parte do sistema Judiciário.⁷

2.1.6 Outros obstáculos vislumbrados

Em brilhante artigo, Alvim (2003) refuta a idéia de que no Brasil os entraves ao acesso à Justiça refiram-se à assistência jurídica aos necessitados e a defesa dos interesses difusos, respectivamente, configuradores da primeira e segunda onda de acesso propostas por Cappelletti, identificando a estrutura do Judiciário, a inadequação dos processos e dos procedimentos e o

desvirtuamento do princípio do duplo grau de jurisdição, como fatores do descenso da Justiça. Apesar de discordamos de suas primeiras conclusões, apegamo-nos firmemente às últimas, razão pela qual registraremos neste trabalho seus apontamentos.

2.1.6.1 Estrutura do Judiciário Brasileiro

Para Alvim, a estrutura do Judiciário brasileiro é anacrônica, elaborada de acordo como modelo francês, de inspiração napoleônica, no qual buscava-se fazer com que os órgãos superiores, composto pela vontade dos poderes executivo e legislativo, atuassem como órgãos de dominação dos órgãos inferiores do Judiciário, não sendo obra do acaso a estrutura piramidal. Acrescenta ainda, que embora o Brasil tenha importado da França o modelo do Judiciário, infelizmente, não conseguiu importar a cultura do povo francês, razão pela qual o modelo concebido para aquele país de primeiro mundo não serve para aplicação aqui, em um país periférico.

2.1.6.2 Desvirtuamento do princípio do duplo grau de jurisdição

“Os recursos são a grande praga que não permite que a Justiça produza bons frutos, contaminando a esperança de tantos quantos a ela recorrem, que só vêem satisfeito o seu direito material quando já exaustos de tanto demandar” (ALVIN, 2003).

Apesar da crítica ácida aos recursos, o autor ressalta que eles são necessários, entretanto, mereceriam uma disciplina de acordo com a importância da matéria em litígio, a fim de que nem todas as causas pudessem subir aos tribunais de segundo grau, tão pouco aos tribunais superiores, que deveriam se preocupar apenas com a lei infraconstitucional nos casos em que houvesse transcendência sobre a pretensão individual das partes.

No mesmo sentido, também afirma que ao STF caberia apenas o reexame das questões constitucionais que, em razão da transcendência, pudessem interessar à Nação como um todo, o que atualmente não ocorre, visto até brigas de vizinho estão sendo submetidas à apreciação daquela Corte.

Evidenciando o culto ao recurso no sistema jurídico brasileiro, Alvin traz o exemplo dos Juizados Especiais, onde se processam causas de menor complexidade ou sem complexidade

⁷ Pesquisa Qualitativa “Imagem do Poder Judiciário” [da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB],

alguma, para ele, mesmo não sendo admitido o acesso à justiça de segundo grau no procedimento da Lei 9.099/95, o legislador criou a figura das Turmas Recursais, que é na verdade de uma espécie de segundo grau dentro do primeiro grau, já que elas são integradas por juízes de inferior instância, para reexaminar as questões decididas por juízes de igual hierarquia.

2.1.7 Conclusões sobre os obstáculos ao acesso à Justiça

Os obstáculos ora mencionados e discutidos nos revelam uma triste realidade, nosso sistema judiciário se apresenta de modo impróprio para os pobres. Não é por acaso que os pequenos litigantes encontram sérias dificuldades quando reivindicam seus direitos em ações judiciais envolvendo outro litigante mais próspero, ou quando a demanda se estende por um longo período de tempo.

Em função disso, há necessidade de se mitigar as barreiras de acessibilidade, entretanto, conforme bem salientou Cappelletti e Garth, não é possível eliminar os obstáculos um a um, pois muitos desses problemas são inter-relacionados, guardando por vezes raízes comuns ou, dada a proximidade dos caules, fazendo com que as folhagens se misturem, assim, “as mudanças tendentes a melhorar o acesso por um lado podem exacerbar barreiras por outro” (1988, p. 29).

Como exemplo do cuidado que se deve ter em razão do inter-relacionamento entre as barreiras de acessibilidade, os autores retomados relatam o caso de se tentar reduzir os custos com a eliminação da representação por advogado em certos procedimentos, como hoje ocorre em determinadas ações nos Juizados Especiais no Brasil, para eles, “os litigantes de baixo nível econômico e educacional provavelmente não terão a capacidade de apresentar seus próprios casos, de modo eficiente, eles serão mais prejudicados que beneficiados” (idem).

Analisando os Juizados Especiais Cíveis, instituídos pela Lei n. 9.099/95, concluímos que a preocupação de Cappelletti e Garth quanto à falta de assistência por advogado não se materializou no sistema adotado no Brasil, não por não terem sido pertinentes seus cuidados, mas sim, e nisso acreditamos sem embargo de outras opiniões, por ter o legislador brasileiro atentado para a mensagem pregada ao longo do tempo sobre o tema, inclusive pelos mencionados autores, de modo que hoje no procedimento dos Juizados Cíveis, até determinado valor não será necessário a parte se fazer representar por advogado, sendo esta somente obrigatória nas causas

de maior vulto, mas mesmo assim, o juiz nomeará um defensor público para dar assistência àquele que não puder pagar um advogado.

Além disso, temos ainda que em se tratando do comparecimento permitido sem advogado, se o magistrado entender ser a causa complexa, poderá determinar a representação, que há de ser feita por advogado ou defensor público, desde que haja insuficiência de recursos financeiros pela parte.

3 SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA MELHORIA DA ACESSIBILIDADE: ONDAS “CAPPELLETIANAS”

Cappelletti e Garth entendem que a partir de 1965 despertou-se o interesse em torno da efetividade do acesso à Justiça, tendo surgindo assim, no mundo ocidental, três posições básicas sobre o tema, que eles resolveram chamar de “Ondas” de acessibilidade. A primeira onda seria referente à *assistência judiciária*; a segunda cingir-se-ia em torno da *representação jurídica para os interesses difusos*; e, por fim, a terceira seria o que eles preferiram chamar de *enforque de acesso à Justiça*.

Segundo Alvim, a obra *Acesso à Justiça*, dos supracitados autores, mereceu no Brasil uma aceitação tão grande que igual não se viu noutras partes do mundo. As ondas “cappellettianas” varreram o continente latino americano, sendo um marco na busca por uma Justiça acessível a todos, tendo levando em suas cristas os operadores do direito a buscarem novos caminhos, através de reformulações das estruturas judiciárias e das legislações processuais.

Em vista disso, não podemos deixar de analisar as soluções propostas, e é o que de fato faremos a partir de agora.

3.1 PRIMEIRA ONDA: ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA PARA OS POBRES

A primeira onda objetiva facilitar os meios de acesso das classes desprovidas de recursos financeiros, através da apresentação de modelos surgidos ao redor do mundo para a prestação judiciária às pessoas carentes.

Na maior parte dos países, a figura dos advogados é quase que indispensável, uma vez que em razão da edição de leis cada vez mais complexas e procedimentos misteriosos, torna-se necessário que alguém com conhecimento específicos possa decifrar o emaranhado de caminhos

para a proposição de uma ação. Daí a vitalidade dos métodos que visam proporcionar a assistência judiciária aos necessitados, afirmam Cappelletti e Garth.

Assim, temos na Europa o surgimento do *Sistema Judicare*, método moderno de assistência judiciária que decorreu das reformas realizadas na Áustria, Inglaterra, Holanda, França e Alemanha. Tal sistema consistia na assistência gratuita por advogados particulares pagos pelo Estado, a determinada classe de pessoas que preenchiam certos requisitos nos termos da lei.

Nesse momento, a preocupação dos idealizadores do sistema era fazer com que as pessoas pobres pudessem ter a mesma defesa de quem tivesse condições de contratar um profissional. Essa preocupação era pertinente visto que “em economias de mercado, os advogados, particularmente os mais experientes e altamente competentes, tendem mais a devotar seu tempo a trabalho remunerado que à assistência judiciária gratuita” (1988, p. 32).

Por esse sistema, muda-se o destinatário dos honorários advocatícios, sendo a conta encaminhada ao Estado e não mais ao cliente, o cidadão. No modelo existente na Inglaterra, o advogado que concordasse em prestar o serviço figurava em uma lista na qual o cidadão, após verificada a viabilidade financeira e de mérito de sua causa, poderia escolhê-lo para o patrocínio de seu interesse. A França apresentava um *Sistema Judicare* com algumas características diferentes do modelo britânico, já que na terra de Luis XIV o alcance da assistência gratuita alcançava pessoas que viviam além da linha da pobreza.

Apesar dos pontos positivos apresentado por esse sistema, ele não ficou imune à críticas, como relatam supracitados autores:

O *Judicare* desfaz a barreira de custo, mas faz pouco para atacar barreiras causadas por outros problemas encontradas pelos pobres. Isso por que ele confia aos pobres a tarefa de reconhecer as causas e procurar auxílio; não encorajam permite que o profissional individual auxilie os pobres a compreender seus direitos e identificar as áreas em que se podem valer de remédios jurídicos (1988, p. 38).

Um outro sistema que merece destaque nessa fase é o dos *Escritórios de Vizinhanças*, de origem norte americana, no qual as pessoas eram atendidas por advogados, que por sua vez eram pagos pelo Estado e encarregados de promover os interesses dos pobres enquanto classe. Uma das características de modelo era o fato dos escritórios terem instalações pequenas e serem localizados no bairros pobres, facilitando o trato entre cliente e advogado, ao tempo em que

minimizavam as barreiras das classes. Há um fator interesse nesse sistema que diz respeito ao proceder do profissional, pois

os advogados deveriam ser instruídos diretamente no conhecimento dessas barreiras, de modo a enfrenta-las com maior eficiência. Finalmente, e talvez mais importante, os advogados tentavam ampliar os direitos dos pobres enquanto classe, através de casos-teste, do exercício de atividades de *lobby*, e de outras atividades tendentes a obter reformas da legislação, em benefício dos pobres, dentro de um enfoque de classe. Na verdade, os advogados freqüentemente auxiliavam os pobres a reivindicar seus direitos, de maneiras mais eficientes, tanto dentro quanto fora dos tribunais (1988, p. 40).

Para Cappelletti e Garth, o sistema de *Escritórios de Vizinhanças* era muito mais vantajosos que o sistema *Judicare*, pois eles atacam as barreiras do acesso além dos custos, em especial os afetos a desinformação jurídica pessoal dos pobres. Assim, despontam como características principais, além do encaminhamento das demandas individuais das pessoas mais carentes, o auxílio na reivindicação dos direitos dos pobres e a criação de uma categoria eficiente de advogados que lutavam pela defesa da classe dos necessitados.

Todavia, não obstante todas as suas vantagens, os *Escritórios* também foram alvos de críticas, já que,

sem dúvida, os advogados de equipe precisam diariamente decidir como alocar melhor seus recursos limitados entre casos importante apenas para alguns indivíduos, e casos importantes numa perspectiva social. É possível que os indivíduos sejam ignorados ou recebam uma ajuda de segunda classe. Em segundo lugar, muitos advogados entendem, com alguma razão que um advogado, ao colocar-se na posição de advogado dos pobres e, de fato, ao tratar os pobres como se fossem incapazes de perseguir seus próprios interesses, é muito paternalista. Tratem-se os pobres, dizem elas, simplesmente como indivíduos comuns, com menos dinheiro. Provavelmente, um problema ainda mais sério desse sistema é que ele necessariamente depende de apoio governamental para atividades de natureza política, tantas vezes dirigidas contra o próprio governo. Essa dependência pressupõe que uma sociedade tenha decidido que qualquer iniciativa jurídica para ajudar os pobres é desejável, mesmo que signifique um desafio à ação governamental e às ações dos grupos dominantes na sociedade (1988, p. 41).

Temos ainda que alguns países como a Suécia adotaram os dois sistemas, sendo um aplicado em complementação ao outro, no qual a pessoa carente pode optar por um advogado servidor público (*Escritório de Vizinhança*) ou por advogados particulares (*Judicare*). A província do Quebec no Canadá também adotou o sistema misto, entretanto, nesta província os escritórios de advocacia eram mantidos de forma direta pelo governo, independentemente de seus

resultados, enquanto na Suécia sistema misto pendeu mais para o lado do *Judicare*, já que para eles os advogados se mantinham pelo honorários pagos pelo Estado.

A os bons resultados da utilização do sistema misto levou alguns países como a Austrália, Holanda e Grã-Bretanha, a repensarem o sistema até então adotado, o *Judicare*, implementando de forma complementar os centros de atendimento jurídico, afirma Cappelletti e Garth, acrescentando que,

são particularmente notáveis, pó sua crescente importância, os ‘centros de atendimento jurídico de vizinhança’, da Inglaterra. Esses centros estão localizados em áreas pobres, sobretudo ao redor de Londres. Seus *solicitors* assalariados (e alguns *Barristers*) realizam muitas das tarefas desempenhadas pelos advogados de equipe nos Estados Unidos. Eles têm cada vez mais, procurado tratar os problemas trazidos até eles não apenas como assuntos individuais, mas também como questões da comunidade (1988, p. 45)

Dessa perspectiva, é inegável que as medidas adotadas nos países que colaboraram para o *Florence Access to Justice Project*, realizado sob a coordenação do Prof. Mauro Cappelletti, contribuíram para a melhoria da assistência judiciária.

3.1.1 A primeira onda de acesso à Justiça e o Brasil

Em 1934, a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada no governo de Getúlio Vargas, redigida para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, segundo o próprio preâmbulo, previa em seu art. 113, nº 32, a assistência judiciária gratuita nos seguintes termos: “A União e os Estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais assegurando, a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos”.

O dispositivo legal acima não deixou claro a quem caberia a prestação dos serviços jurídicos aos necessitados, se aos Estados ou a União. Diante desse impasse, vários Estados criaram órgãos para a assistência judiciária, enquanto outros apenas credenciaram advogados especiais para o serviço.⁸

Já em 1950, foi promulgada a Lei nº 1.060, estabelecendo as normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, que foi recepcionada pela CRFB de 1988. Tal lei foi um grande avanço para matéria, pois conseguiu condensar a legislação até então dispersa.

Todavia, ainda pairava a dúvida sobre quem deveria realizar a prestação judiciária gratuita, isso fez com que muitos Estados não criassem órgãos específicos, obrigando o Poder Público a ressarcir os advogados dativos, mas isso apenas em relação aos feitos criminais.⁹

Somente com a nossa atual Constituição a Defensoria Pública ganhou *status* de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, conforme pode ser observado:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.)

Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

De acordo com Moraes Filho¹⁰, a atual Constituição manteve a assistência jurídica integral e gratuita entre os direitos individuais, indicando no artigo supracitado que cabe à Defensoria “a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”. Sobre o assunto, autor trouxe ainda a advertência do eminente prof. José Carlos Barbosa Moreira, no sentido de que a incumbência cometida à Defensoria Pública não permite “supor que a Constituição haja reservado ao Poder Público o monopólio da assistência”, continuando “em vigor os textos legais que contemplam a prestação gratuita de serviços aos necessitados, notadamente por parte de profissionais liberais”.¹¹

Assim, continua Moraes Filho, em caráter supletivo, poderão ser indicados patronos para os carentes pela OAB e pelos magistrados, nos termos da Lei nº 1.060/50, sendo inclusive considerada infração disciplinar a recusa do patrocínio gratuito pelo advogado quando houver

⁸ [http://www.dhnet.org.br/3exec/defensoria/defensorial1.html](http://www.dhnet.org.br/3exec/defensoria/defensorial.html)

⁹ Idem.

¹⁰ Antônio Evaristo de Moraes Filho – Aula inaugural proferida no Tribunal Regional Federal - 2ª Região, em 15 de março de 1996. Disponível em: <<http://www3.oab-rj.org.br/content.asp?tc=1&cc=64&id=358>>

necessidade, conforme disposto no art. 34, XII, da Lei nº 8.906, de 1994 (Estatuto da Advocacia). Destarte vige no Brasil o sistema misto de assistência judiciária.

3.2 SEGUNDA ONDA: REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS

A representação dos interesses difusos – interesses coletivos ou grupais – consistiu no segundo grande movimento para a melhoria do acesso à Justiça. Na época do projeto de Florença, essa preocupação devia-se ao fato do processo civil ser analisado sempre de forma dual, ou seja, visava a solução de um problema inerente apenas a duas pessoas e seus próprios interesses, ficando fora desse esquema os direitos que pertencessem a um grupo, ao público em geral ou ainda, a um segmento do público. Uma vez que as regras referentes à legitimidade, normas de procedimento e a atuação dos juízes, não visavam facilitar as demandas intentadas por particulares na defesa de interesses difusos, afirmam Cappelletti e Garth.

Assim, a tônica da segunda onda renovatória residiu na necessidade de revisitação do conceito sobre legitimidade para possibilitar a presença em juízo de grupos, entidades e instituições, na defesa de direitos difusos, bem como na revisitação do sentido de citação, de contraditório, e de coisa julgada, tendo que ser operada uma verdadeira revolução no direito processual.

Como bem observado por Almeida (*apostila*, 2005), em relação à tutela jurídica dos direitos ou interesses coletivos, o ordenamento jurídico brasileiro apresentou três fases, tendo sua característica predominantemente individualista transformada para o plano da tutela jurídica ampla, seja em relação aos direitos individuais, seja em relação aos direitos ou interesses coletivos, apenas na última fase.

Sobre essas fases do ordenamento jurídico, o professor Almeida ensina que na primeira houve a predominância absoluta da tutela jurídica individualista, não sendo identificada a tutela dos direitos ou interesses transindividuais no país. Para nos situarmos no tempo, essa fase compreende todo o período do Brasil-Colônia até parte do Brasil-República, ou seja, até a Constituição de 1934.

A segunda fase foi marcada por uma tímida e fragmentada proteção dos direitos transindividuais, ou melhor, uma proteção taxativa dos direitos massificados. Apesar desse

¹¹ In Temas de Direito Processual, Quinta Série, 1994, p. 58, apud Moraes Filho.

despertar para a tutela dos direitos coletivos, predominava ainda a dimensão individualista da tutela jurídica.

Almeida explica que o marco inicial da segunda fase se deu com a promulgação da “Constituição Federal de 1934, que em seu art. 113, n. 38, consagrou no País, pela primeira vez, a Ação Popular como ação coletiva destinada à tutela do patrimônio público da União, dos Estados ou dos Municípios” (2005, p. 19).

No entanto, somente em 1985, com a edição da Lei nº 7.347 (Lei da Ação Civil Pública), passou a ingressar no Brasil, isto no plano normativo, “o movimento mundial pela coletivização do processo, movimento esse denominado por Cappelletti e Garth de representação em juízo dos interesses coletivos” (2005, p. 20).

Sobre a Lei da Ação Civil Pública, conclui o citado professor:

Todavia, como o sistema implantado inicialmente pela LACP (1985) era o da taxatividade da tutela jurisdicional coletiva, já que o seu art. 1º arrolava taxativamente quais direitos ou interesses transindividuais poderiam ser objeto material da ação civil pública, concluímos e inserimos a LACP (Lei n. 7.347/85) ainda dentro desta segunda fase, por nós denominada de fase da tutela jurídica coletiva fragmentária ou taxativa (2005, p. 20).

A terceira e atual fase, chamada pelo professor Almeida de fase da tutela jurídica integral, irrestrita e ampla, iniciou-se com a Constituição Federal de 1988.

Ensina o professor que nossa Constituição consagrou em seu art. 1º o Estado Democrático de Direito, que é o Estado da Justiça Material, da transformação positiva da realidade social com justiça, bem como assegurou o acesso amplo e irrestrito à Justiça (art. 5º, XXXV), tanto para a tutela jurídica processual jurisdicional coletiva como para a individual.

Além disso, em seu art. 129, III, consagrou o princípio da não-taxatividade do objeto material da ação coletiva ao contrário do que ocorreu na segunda fase.

No que diz respeito à tutela jurisdicional coletiva, menciona a incorporação constitucional da Ação Civil Pública, destacando também o Mandado de Segurança Coletivo, o Mandado de Injunção, a ampliação do objeto material da ação popular, com a inclusão do meio ambiente e a moralidade administrativa, concessão do poder de representação para entidades representativas, na defesa de seus filiados, quando autorizadas, a legitimidade dos sindicatos para atuarem como substitutos processuais entre outros.

Almeida ainda destaca o princípio da aplicabilidade imediata e irrestrita dos direitos e garantias fundamentais previsto no § 1º do art. 5º da CF/88, anotando que foi somente com a CF/88 que houve, no Brasil, a transformação do nosso ordenamento jurídico do plano predominantemente individualista para o plano da tutela jurídica ampla, seja em relação aos direitos individuais, seja em relação aos direitos ou interesses coletivos.

Por fim, o professor esclarece que após a promulgação de nossa Constituição, o ordenamento jurídico brasileiro apresentou muitas modificações progressistas, merecendo destaque a:

- a) Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 — dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência — CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências;
- b) Lei n. 7.913, de 7 de dezembro de 1989 — dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários;
- c) Lei n. 8.069/90 — dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- d) Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 — sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (está talvez seja a que mais deve ser destacada por ter criado um microsistema de tutela jurisdicional coletiva comum ao instalar o mecanismo da integração entre a parte processual do CDC, art. 90, e a LACP, art. 21);
- e) Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992 — dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
- f) Lei n. 8.884/94 — transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE — em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências;
- g) Lei n. 10.257/2001 — regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;
- h) Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003 — dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras (2005, pp. 21 e 22).

3.3 TERCEIRA ONDA: DO ACESSO À REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO A UMA CONCEPÇÃO MAIS AMPLA DE ACESSO À JUSTIÇA. UM NOVO ENFOQUE DE ACESSO À JUSTIÇA.

Conforme explicam Cappelletti e Garth, a “terceira onda” tem um sentido mais amplo, incluindo a advocacia judicial e extrajudicial, tendo como centro de sua atenção o conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para o processamento e a prevenção de disputas na sociedade. Não há nesta fase o interesse de se rejeitar as técnicas das primeiras ondas, mas sim incluí-las como uma alternativa a mais.

Continuam explicando os autores, que esse novo movimento decorre dos movimentos anteriores, que também visavam fazer efetivos os direitos de indivíduos e grupos que ao longo do tempo, não tiveram acesso a uma justiça igualitária. Entretanto, ainda assim, os pobres, os inquilinos, os consumidores e outras categorias, continuam encontrando dificuldades para tornarem efetivos seus novos direitos, conforme observado por Galanter:

O sistema tem a capacidade de mudar muito ao nível do ordenamento sem que isso corresponda a mudanças na prática diária da distribuição de vantagens tangíveis. Na realidade, a mudança de regras pode tornar-se um substituto simbólico para a redistribuição de vantagens (apud CAPPELLETTI; GARTH, p. 68).

A partir dessa reflexão, tem-se que a representação judicial por si só não se foi suficiente proporcionar condições igualitárias de acesso à justiça. Não sendo possível que os problemas sejam resolvidos apenas com advogados, ou seja, com uma representação judicial aperfeiçoada, defendem Cappelletti e Garth, alegando que os novos direitos exigem novos mecanismos de procedimento para se tornarem mais exeqüíveis. Assim, chega-se à conclusão de que embora seja de suma importância uma representação judicial eficaz, “o movimento de acesso à Justiça exige uma abordagem muito mais compreensiva da reforma” (1988, p. 69).

Nesse sentido, os autores em referência dissertam que esse novo enfoque conduz para a exploração de uma grande reforma que vai desde alterações nas formas de procedimento até a modificação do direito substantivo, a fim de se evitar litígios ou facilitar sua solução, isso tudo, passando também pela mudança na estrutura ou criação de novos tribunais e no uso de pessoas leigas ou paraprofissionais, atuando como juízes ou como defensores.

Não se pode olvidar que todas as áreas do Judiciário guardam correlação, razão pela qual qualquer tipo de reforma se relaciona com outra, potencial ou existente. Isso que significa dizer que a ênfase em determinado tipo de reforma trará implicações no complexo maquinário já existente para a solução de litígios, razão pela qual existem alguns perigos e limitações que merecem ser ponderados.

Entre as reformas sugeridas por Cappelletti e Garth, algumas o legislador brasileiro já realizou, outras ainda necessitam se implementadas em nossas terras. Vejamos algumas dessas reformas.

3.3.1 A reforma dos procedimentos judiciais

Há uma tendência moderna de buscar alternativas para o sistema judiciário regular, entretanto, não se pode esquecer que muitos conflitos necessariamente continuarão sendo submetidos aos tribunais, conforme lembrado por Master Jacob:

A engrenagem judiciária formal de côrtes de Justiça, naturalmente, continuará a ser necessária e vital não só para lidar com importantes questões de direito, incluindo temas de significação constitucional, como também para julgar questões vultuosas e substanciais que afetem interesses vultuosos e substanciais (apud CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 76).

Ante a inevitabilidade dos tribunais, torna-se necessário torna-los mais próximos dos jurisdicionados, pois segundo Torres, “as fórmulas complexas, sacramentais, gongóricas dificultam o entendimento comum dos cidadãos” (2005, p. 19), para esse autor a burocratização da Justiça resulta do excessivo formalismo impregnado nos atos procedimentais, evidenciado não apenas na legislação processual, mas presente também na interpretação formal do dia-a-dia forense.

Ainda conforme sustenta Torres, muitas vezes, a exigência de certas formalidades complica o processo, causando entraves à prestação jurisdicional e, conseqüentemente, ao objetivo de uma Justiça mais rápida. É necessário também que os recursos protelatórios sejam coibidos. Não podemos deixar de citar alguns avanços na legislação brasileira quanto à possibilidade do próprio relator negar seguimento de recursos inadmissíveis ou que “correspondam a reiteradas decisões no mesmo sentido, possibilitando, inclusive, a análise do mérito do recurso” (2005, p. 60).

Muitos países têm colhido bons resultados com as reformas, merecendo destaque a adoção, em determinados procedimentos, da “oralidade”, da “livre apreciação das provas” e do contato imediato entre as partes, juízes e testemunhas, como se deu no continente europeu e, posteriormente, em terras brasileiras, com a criação dos Juizados Especiais.

Nas palavras de Torres, os Juizados Especiais, além de primar pela conciliação, simplifica os procedimentos e conduzem a uma sentença líquida. Isso evita maiores discussões no momento de liquidação, bem como mitiga o número de recursos.

Em nossos dias, conforme alerta Cappelletti e Garth, “um juiz mais ativo pode ser um apoio, não um obstáculo, num sistema de justiça basicamente contraditório, uma vez que [...] ele

maximiza as oportunidades de que o resultado seja justo e não reflita apenas as desigualdades entre as partes” (1988, p. 77).

Alvim, com base nos autores supracitados, sustenta que as reforma devem buscar a adoção de procedimentos simples para demandas simples e procedimentos complexos para demandas complexas. Defende também a participação dos leigos no processo, não apenas fazendo serviços burocráticos como juntadas, vistas, movimentações etc., mas atuando inclusive na instrução, que demanda muito tempo do magistrado. Ele não concorda com a identidade física do Juiz em todos os atos, já que ele poderia ceder lugar para os servidores instrutores, que se especializariam na instrução dos feitos, especialmente na tomada de depoimentos, sendo resguardado ao Magistrado a possibilidade de reinquirir as partes, caso seja necessário.

Defende ainda a criação de códigos de procedimentos para cada Estado, paralelamente a um código nacional de processo, a fim de adequá-los às suas características, uma vez que, p. ex., não se exija a presença de dois oficiais de justiça para a realização de uma diligência de arrombamento em comarcas onde, muitas vezes, não exista um oficial sequer.

Reflexos dessa terceira onda podem ser percebidos no Brasil, entre outros, através das minirreformas processuais que estão ocorrendo nas duas últimas décadas, destacando-se as promovidas pelas Leis ns. 8.455/92 (sobre a perícia); 8.637/93 (sobre a identidade física do juiz); 8.710/93 (sobre a citação e a intimação); 8.718/93 (sobre aditamento do pedido); 8.898/94 (sobre liquidação de sentença); 8.950/94 (sobre recursos); 8.951/94 (sobre consignação em pagamento e usucapião); 8.952/94 (sobre os processos de conhecimento e cautelar); 8.953/94 (sobre o processo de execução); 9.079/95 (sobre a ação monitória); 9.139/95 (sobre o agravo); 9.245/95 (sobre o procedimento sumário); 9.668/98 (sobre a má-fé processual); 9.756/98 (sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais); 10.352/01 (sobre recursos e reexame necessário); 10.358/01 (sobre o processo de conhecimento); 10.444/02 (sobre o processo de conhecimento e o processo de execução).

Conforme Alvim, a conciliação também foi prestigiada pelas minirreformas (Lei n. 10.444), com a instituição da audiência preliminar prevista no art. 331, do Código de Processo Civil, na qual busca-se a composição das partes.

3.3.2 Métodos alternativos para decidir causas judiciais

Os métodos alternativos denominados *Alternative Dispute Resolution* – ADR, consistem na utilização de procedimentos mais simples e/ou julgadores mais informais, como o juízo arbitral, a conciliação e a mediação, entre outros, para a solução dos litígios.

A necessidade da busca por alternativas aos instrumentos tradicionais, que em regra, são caros, morosos e de restrito acesso, tem sido constatada em muitos países no mundo jurídico. Objetiva-se nas formas alternativas a solução dos conflitos de uma forma mais ágil e eficaz, evitando-se o formalismo dos sistemas tradicionais, conforme explica Torres.

Ainda segundo o referido autor, antes as partes resolviam seus problemas através da força, e realizavam sua defesa através da autotutela. Posteriormente, já presente o Estado, fala-se em autocomposição que, embora marcada pela autonomia da vontade, também é caracterizada pelo elemento consenso, seja com a renúncia de um direito, seja reconhecendo o direito de outro. Daí o porquê da presença de um terceiro, como intermediário para apaziguar os interesses conflitantes tanto serve à conciliação quanto à mediação.

Não se pode negar que essas mudanças na forma de distribuição da Justiça encontram dificuldades para serem aplicadas, isso é até natural, pois se trata na verdade de uma nova realidade cultural e posicionamento diante dessas novas técnicas, razão pela qual os métodos alternativos representam um processo gradativo, que aos poucos vai realizando novas conquistas, criando de forma paulatina, uma consistência para a submissão das causas a essa nova proposta de trabalho.

Os sistemas de ADR, conforme salientado por Torres, estão crescendo e se incorporando na sociedade, alterando hábitos e costumes, gerando uma nova cultura na solução os conflitos, na qual pensasse numa Justiça de consenso, onde o direito é dirigido para a solução pacífica do problema existente.

3.3.2.1 Juízo Arbitral

No magistério de Cappelletti e Garth, o Juízo Arbitral caracteriza-se por procedimentos relativamente informais realizado por julgadores com formação técnica ou jurídica, gerando decisões com pouquíssimas possibilidades de recursos. A alternativa por esse Juízo revela-se sobremodo salutar quando nos deparamos com as delongas e despesas freqüentemente características dos litígios, “essas alternativas podem reduzir as barreiras de custas para as partes e, pela utilização de julgadores mais ativos e informais, beneficiar substancialmente as partes

mais fracas”, até porque se “os problemas mais fundamentais dos procedimentos judiciais lentos e dispendiosos não são solucionados, esse tipo de juízo arbitral por propiciar maior facilidade de acesso à muitas pessoas” (1988, pp. 82 e 83).

Na visão de Torres, a arbitragem tem na voluntariedade seu motor, sendo uma das formas diferenciadas para a solução dos conflitos referentes a direitos disponíveis. Ele se solta dos formalismos exacerbados do processo tradicional, sendo os profissionais escolhidos livremente pelas partes, mecanismos hábeis para a solução dos conflitos, principalmente os mais complexos, razão pela qual a arbitragem encontra nas relações comerciais, nacionais e internacionais, terreno fértil para seu desenvolvimento, valorizando sempre a liberdade e autonomia da vontade.

Nas palavras de Figueira Júnior:

[...] a jurisdição arbitral é um foro privilegiado e propício para a composição amigável ou para a convergência dos esforços dos litigantes no sentido de alcançarem rapidamente – sem descuidar dos valores maiores que são a segurança e a justiça da decisão – a solução final da lide, tendo em vista que, quase sempre, ambos tem interesse na resolução do conflito, não raras vezes, envolve quantias vultuosas de dinheiro, com inúmeros efeitos diretos e reflexos.

Assim, desde que feita a opção adequada pela jurisdição arbitral, não vislumbramos propriamente nenhuma desvantagem que possa advir desta escolha. Em outros termos, por exemplo, não se pode falar em desvantagem ou prejuízo decorrente da irrecorribilidade das decisões arbitrais, quando foram as partes, previamente e em comum acordo, que excluíram do Poder Judiciário o conhecimento do conflito, justamente, e dentre outras razões, porque não desejavam ver a pendenga eternizando-se com a prodigalidade dos recursos colocados à disposição dos jurisdicionados no sistema processual tradicional (apud TORRES, 2005, p. 149).

Assim, salientamos que a arbitragem tem como uma de suas características, a ligação entre as partes, sendo o árbitro escolhido pelas partes o elemento de conexão necessário para o encontro da ordem e da paz, pois entra em cena a confiança, necessária para a segurança de uma futura decisão, afirma Torres.

3.3.2.2 *Mediação*

O instituto da mediação é um dos caminhos disponibilizados às partes para a solução do litígio, no qual conta com a presença de um terceiro, estranho à relação da demanda, “atuando para facilitar uma compreensão do problema, sem interferir diretamente, mas conduzindo os participantes para um ponto de equilíbrio” (TORRES, 2005, p. 168), em outras palavras, a

mediação é o método pelo qual uma terceira pessoa, imparcial e capacitada, auxilia as partes a encontrarem e compreenderem melhor a raiz dos conflitos.

Não obstante o fato da mediação não estar inserta no texto legal, ela é um instrumento colocado à disposição de todos, inclusive do Poder Judiciário para a solução das lides. A mediação, ainda segundo Torres, está sendo experimentada em vários países, sendo um mecanismo de grande poder de pacificação social, desde que supervisionado pelo poder judiciário, não tem limites de aplicabilidade, sendo eficaz sua aplicação nos mais variados contextos como conflitos familiares, de vizinhança, escolares etc.

Convém esclarecer que a mediação não se confunde com a arbitragem ou a conciliação, uma vez que nestas é adotado uma postura intervencionista, não se questionando a origem do problema. No caso específico da conciliação, o acordo entre as partes é a finalidade, cabendo ao conciliador a sugestão de alternativas, enquanto que na mediação o acordo é uma consequência, o mediado não interfere na demanda, apenas serve como um facilitar da comunicação.

A partir dessa reflexão, podemos dizer que a mediação é um meio alternativo de solução de controvérsias, em que um terceiro ajudará as partes a chegarem, por si só, a um acordo. A legitimidade desse método se dá em razão de serem as partes as detentoras do poder de decisão, não pertencendo este ao mediador, que agirá sempre como um facilitador.

3.3.2.3 Conciliação

A conciliação é o acordo pelo qual as partes, por meio de mútuas concessões, põem fim a um processo. Nela requerente e requerido não enfrentam o conflito, tão pouco buscam sua causa, eles apenas fazem concessões para colocar um fim à lide. O conciliador presta um serviço voluntário, mas para isso deve ser submetido a um treinamento, a fim de atuar como facilitador de um acordo entre as partes, através da criação de um contexto propício ao entendimento mútuo, harmonizando as relações pessoais.

As vantagens proporcionadas pela conciliação através da solução do litígio sem necessidade de julgamento, segundo Cappelletti e Garth, são óbvias tanto para as partes como para o Poder Judiciário. Por ela pode-se chegar a soluções rápidas e mediatas, atalhando-se os caminhos da sobrecarga dos tribunais e das despesas financeiras. Ademais, ainda segundo os referidos autores, “parece que tais decisões são mais facilmente aceitas do que decretos judiciais unilaterais, uma vez que eles se fundam em acordo já estabelecido entre as partes” (1988, p. 84).

Nesse sentido, temos que a conciliação revela-se demasiadamente útil para muitos tipos de demanda e para as partes, ainda mais quando nos deparamos com demandas prolongadas, nas quais há a necessidade de buscar-se a restauração dos relacionamentos, ao invés de apenas julgar as partes vencedoras ou vencidas.

Conforme frisado por Torres, o povo, o homem comum, não quer decisões eruditas, impregnada de citações doutrinárias e jurisprudenciais, mas sim soluções objetivas, rápidas, simples e, mais do que tudo isso, que resolvam de fato o problema de uma forma descomplicada.

Ainda segundo o autor supracitado o Poder Judiciário não pode ser inacessível, cumprindo de forma ineficaz sua principal missão que é a distribuição da Justiça, vez que as angústias e emoções reprimidas podem crescer, instalando-se o descrédito, fazendo surgir revoltas e insatisfações. Infelizmente, temos presenciado diversas críticas sobre a ineficiência do aparelho judiciário. Essas dificuldades acabam, muitas vezes, dando outro tom à conciliação, muitos acabam afirmando é que melhor ter um mau acordo, no qual não seja atendida a totalidade das pretensões, do que aguardar o resultado final, que dependendo do Tribunal, pode pela morosidade, acabar se tornando inócuo. Independentemente dessa situação, “o rumo da conciliação deve ser valorizado, porque busca a solução amigável do problema existente entre as partes” (2005, p. 161).

A comunidade jurídica do Brasil tem empenhado-se na implantação da conciliação em nosso sistema jurídico, prova disto é a criação do *Movimento Pela Conciliação* pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, vislumbrando nesse método a possibilidade favorecer o processo de paz social ao fomentar a cultura do diálogo, além de tornar a Justiça mais efetiva e ágil, com a redução do número de conflitos litigiosos e do tempo para a análise dos processos judiciais.

Pelos dados levantados pelo Conselho, atualmente a taxa de conciliação do país ainda é baixa, entre 30% e 35%, enquanto nos países desenvolvidos esse índice chega a 70%, a reversão desses dados é fácil, visto que a implantação do projeto não depende de aprovação de nenhuma lei nem de investimentos financeiros, já que ele utiliza a estrutura administrativa do Judiciário.

Vale ressaltar que hoje as diversas mudanças ocorridas no Direito Processual Civil tem dado novas feições a alguns artigos do *Codex*, p. ex., 125 e 277, com o objetivo de possibilitar a conciliação em qualquer fase do processo. Nesse sentido, como ressaltado por Torres, “é a idéia de solução pacífica dos conflitos, missão que o Poder Judiciário não pode abdicar” (2005, p. 163).

3.3.3 Outras reformas propostas

As reformas anteriormente tratadas objetivavam, de certo modo, desviar os casos dos tribunais e trazer modificações nos tribunais regulares. Entretanto, Cappelletti e Garth, quando da publicação de sua obra *Acesso à Justiça* em 1978, pregavam a necessidade da criação de tribunais especializados, sob o argumento de que algumas características do sistema judiciário regular, apto a solução de litígios de direito público, não raras vezes se tornam pouco adequado a fazer valer os direitos das pessoas comuns ao nível individual.

Sustentam ainda que os procedimentos altamente estruturados, utilizados por patronos bem treinados e perícias dispendiosas, são vitais para os litígios de direito público, entretanto, representam sérias limitações de acessibilidade de nossos tribunais a causas pequenas, intentadas por pessoas comuns. Com efeito, é indispensável a manutenção dos tribunais, entretanto urge a necessidade de se criar outros fóruns mais acessíveis.

Os clamores desses estudiosos encontraram eco em terras brasileiras com a criação, entre outros, dos Juizados de Pequenas Causas, posteriormente substituídos pelos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/95).

Uma outra reforma aventada pelos autores em referência, diz respeito ao desenvolvimento de planos de assistência jurídica mediante “convênios” ou “em grupo”. Na verdade, ressaltam ser essa reforma trata-se de uma complementação das reformas propostas e existentes, uma vez que ela propõe o oferecimento dos serviços advocatícios por um custo condizente com as condições financeiras da classe média e baixa.

Conforme explicam Cappelletti e Garth, esse sistema funcionaria com a contribuição concorrente das pessoas através de uma mensalidade, para obterem sem custos, ou com grande redução, alguns serviços jurídicos pré-determinados, quando houver a necessidade de utilizá-los.

Noutro norte, também foi proposta reforma no que diz respeito à simplificação do Direito. Para os supracitados autores, “se a lei é mais compreensível, ela se torna mais acessível às pessoas comuns” (1988, p. 156). Essa simplificação implica, também, na tentativa de fazer com que as pessoas satisfaçam as exigências para a utilização de determinados remédios jurídicos.

Das idéias acima transcritas, algumas já são visualizadas em nosso sistema jurídico, outras ainda não encontraram terreno fértil em nosso solo para florescerem, o que não nos impede

de prepararmos a terra, fazermos as correções necessárias, adubarmos para, num futuro, talvez não tão distante, possamos implementá-las. Nas palavras de Cappelletti e Garth, “o que se deve salientar é que a criatividade e a experimentação ousada – até o limite de dispensar a produção de provas – caracterizam aquilo que chamamos de enfoque do acesso à Justiça”.

4 JUSTIÇA ITINERANTE

Nesse contexto da terceira onda, no qual busca-se a proteção judicial para interesses que por muito tempo foram esquecidos, surge no Brasil a Justiça Itinerante, não como um método jurídico, mas sim como uma iniciativa do Poder Judiciário para alcançar aqueles que por razões econômicas, geográficas ou até de desconhecimento, se furtaram por anos do acesso à Justiça.

4.1 CONCEITO

A Justiça Itinerante, ou como preferimos, Justiça Rápida Itinerante, é um sistema moderno, social e democrático de prestação jurisdicional, no qual os serviços judiciais são levados às populações que vivem distantes dos Fóruns, ou “às populações que, pelo nível de fragilidade econômica ou de informação, não tenham ainda qualquer acesso à Justiça ou para as quais tal acesso seja precário e rarefeito”.¹²

Para o Magistrado rondoniense Guilherme Ribeiro Baldan,

a Justiça Rápida é uma operação realizada periodicamente [...] que tem como princípio norteador o atendimento amplo e gratuito à população, para a solução de questões nas esferas Cíveis, Criminais, Infância e Juventude, Família e Registros Públicos, com especial atenção às comunidades distantes dos centros urbanos, nas regiões ribeirinhas e na periferia da cidade (O que é a Justiça Rápida?. *Revista do Programa Justiça Rápida*. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Ano 1 , n. 1, 2000).

¹² Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Projeto Justiça Itinerante. Elaboração: Juíza Cristina Teresa Gáulia. Janeiro de 2004.

No mesmo sentido também argumenta a Magistrada Sandra Aparecida Silvestre,

[...] dentre inúmeras iniciativas pioneiras instituiu-se a Operação Justiça Rápida que, a cada dia, firma-se como instrumento de concretização de Justiça célere e eficaz [...] realidade de incontestável benefício para a sociedade [...] em especial para as pessoas carentes, a quem até então o direito ao acesso à Justiça nada mais era do que a letra morta da lei (O Judiciário promovendo o exercício pleno da cidadania. *Revista do Programa Justiça Rápida*. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Ano 1, n. 1, 2000).

Na visão de Torres, a Justiça Itinerante, assim como outras ações do Judiciário, resultam de uma “concepção de Justiça para um novo milênio com um Poder Judiciário presente, não aguardando passivamente, mas deslocando-se para as comunidades e ali resolvendo os problemas, com a participação do povo e de suas lideranças” (2005, p. 80).

Nesse sentido, manifestou-se Paulo César Santos Bezerra:

Se por um lado as chamadas “justiças itinerantes” aproximam do povo os aparelhos judiciários, solucionando conflitos nas fontes de onde surgem no seio social, por outro lado, fortalecem a idéia equivocada que a via judicial é a mais segura, mais rápida e mais eficaz para a solução desses mesmos conflitos. Muitas vezes o entrave não está apenas na falta dos aparelhos judiciais em determinada comunidade, e sim nos meandros complicados dos próprios sistemas processuais. Assim não fora nas comunidades fortemente servidas de fóruns, tribunais, etc., haveria grande acesso à justiça.[...] as “justiças itinerantes” são, na verdade, audiências feitas em outros espaços que não os fóruns, a saber, em colégios e repartições públicas em geral. É a chamada descentralização e interiorização da Justiça (apud AZKOUL, 2006, p. 90-1).

A partir dessa reflexão, conclui-se que essa nova forma de prestação jurisdicional é responsável, entre outros, pela aproximação entre juízes e jurisdicionados, ou seja, aproximando a Justiça e o povo, no objetivo de se encontrar alternativas para a solução dos litígios fora dos modos tradicionais e inacessíveis aos pobres.

Convém ressaltar que a Justiça Itinerante não se limita a prestação dos serviços jurisdicionais. Em regra, por arregimentar um grande número de pessoas nos locais em que as Operações são realizadas, surge a necessidade de beneficiar a população com outros serviços como os afetos à área de saúde, atendimento médico e odontológico, e na esfera dos registros públicos, com a expedição de certidões de nascimentos.

4.2 ORIGEM

A Justiça Itinerante surgiu da percepção das autoridades brasileiras sobre a necessidade de contemplar com o acesso à Justiça as populações que, pelas mais diversas razões, vivem isoladas em nosso país. A paternidade brasileira dessa forma de prestação jurisdicional é afirmada por Azkoul quando sustenta que “a Justiça Itinerante é um sistema [...] originário do Brasil” (2006, p. 95).

Segundo o citado autor, ainda que sem previsão constitucional, as Justiças Itinerantes foram realizadas experimentalmente nos Estados com base nos Juizados Especiais, visando à conciliação, instrução, transação e julgamento das causas menos complexas, sendo os princípios informadores dos Juizados instrumentos que favoreceram o acesso de toda a população local, em especial as pessoas pobres.

Em nossa pesquisa, a primeira realização da Justiça Itinerante que tivemos notícia se deu no Estado de Rondônia no ano de 1990, conforme artigo da lavra do Juiz de Direito Johnny Gustavo Cledes:

Nos idos ano de 1984, quando não se tinha idéia do grau de aceitabilidade e credibilidade que atingiria os futuros Juizados de Pequenas Causas, o Poder Judiciário de Rondônia já se mostrava atento à necessidade de um novo modelo de justiça. É tanto que, logo em seguida à edição da Lei 7.244/84, procurou estruturar seu Juizado de Pequenas Causas, contando com o apoio dos Poderes Legislativo e Executivo, que tão logo elaboraram e aprovaram lei estadual nesse sentido.

Daquele tempo até o ano de 1997, poucas e isoladas foram as atuações do Poder Judiciário nesse sentido. Contudo, a partir daí, passou a ser o Tribunal de Justiça de Rondônia o agente estimulador do Programa Justiça Móvel, então denominada Operação Justiça Rápida. Com esse apoio, a tímida atuação móvel, que teve seus primeiros registros no Estado no ano de 1990, tornou-se uma constante, revelando-se, pela reação da população, medida salvadora para os interesses dos cidadãos com problemas típicos das classes sociais menos favorecidas (O Sistema de Justiça Móvel rondoniense no cenário nacional. *Revista do Programa Justiça Rápida*. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Ano 1, n. 1, 2000).

Há também informações institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, demonstrando que já em 1992 o Magistrado José Luciano de Assis percorria os rios amapaenses levando os serviços judiciais ao povo ribeirinho da região:

A prática de levar jurisdição às comunidades interioranas é antiga na justiça do Estado do Amapá e remonta a 1992. Naquele ano o juiz José Luciano de Assis, então titular da comarca de Mazagão, utilizando-se de uma embarcação da prefeitura dele município, iniciou essa atividade indo a várias localidades do município prestando atendimento jurídico às comunidades ribeirinhas, como registro de nascimento, separação de sociedade de fato (separação de companheiros) e alimentação (família). O serviço teve prosseguimento com o juiz Reginaldo Gomes de Andrade a frente daquela

comarca. Em 1994, na Comarca de Serra do Navio, tendo a juíza Eleuza Muniz como titular, foi iniciada a justiça itinerante terrestre, quando a equipe do judiciário, um defensor público e um promotor de justiça, percorriam, de carro, comunidades daquele município e de Pedra Branca do Amapari, levando os serviços da justiça. Casamentos, registros de nascimento e reclamações cíveis diversas, eram os mais comuns (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ. *A Justiça Itinerante*. Disponível em: http://www.tjap.gov.br/jus_itinerante.php. Acesso em: 21 de maio de 2007).

Vale ressaltar a grande importância que esse Estado tem na história do modelo de prestação jurisdicional móvel, sendo o resultado de seus trabalhos referência em publicações nacionais e internacionais. O Amapá foi o Estado responsável pela projeção do sistema itinerante através da Magistrada Sueli Pereira Pini que, ciente do trabalho desenvolvido em solo rondoniense quando de sua passagem por aqui entre os anos 1983 e 1991, implantou o sistema itinerante em 1996, após a edição da Lei 9.099/95, que regulamentou o artigo da Constituição Federal que criou os juizados especiais cíveis e criminais.¹³

4.3 ORIGEM CONSTITUCIONAL

A possibilidade de realização da Justiça Itinerante no âmbito dos Juizados Especiais, segundo Azkoul, já se encontrava implicitamente prevista na Lei nº 9.099/95: “Art. 94. Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas”. O sucesso desse modo de prestação jurisdicional foi tão grandioso que surgiu a necessidade garantir sua implementação em nível nacional, razão pela qual, com a reforma do Poder Judiciário, ela passou a estar inserta no texto constitucional, através da EC nº 45:

Art. 107...

§ 2º Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

...

Art. 115...

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites

¹³ BRASILIENSE, Ronaldo. A Justiça vai aonde o povo está. *Jornal do Magistrado*. Órgão oficial da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB ano XV, número 73 Brasília, março a abril de 2004. Disponível em: http://www.amb.com.br/portal/docs/publicacoes/revista_amb_ed73.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2007.

territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

...
Art. 125...

§ 7º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

Destarte, comparando-se as novas disposições constitucionais com as determinações da lei dos Juizados, constata-se que, de acordo com o supracitado autor, o campo de atuação da Justiça Itinerante foi ampliado, excedendo as causas de competência da Lei 9.099/95. Há também mudanças em relação aos locais em que poderão ser realizados os serviços, antes era apenas os prédios públicos, hoje podem ser usados, além deles, também os prédios comunitários, entre outras novidades.

4.4 FUNDAMENTOS

A adoção do sistema de Justiça Itinerante visa, primordialmente, transpor os obstáculos para o efetivo acesso à justiça que as pessoas que vivem à margem da sociedade precisam enfrentar em seu dia-a-dia para a solução dos litígios, em razão da pobreza, da falta de informação e do distanciamento da estrutura do Judiciário.

Nas palavras de Torres, a pacificação social realizada no próprio ambiente das pessoas, com uma linguagem fácil e procedimentos simplificados, possibilita o entendimento do Judiciário pelo jurisdicionado, resultando numa maior valorização da dignidade humana. A efetividade do acesso à Justiça, requer a atuação sintonizada com outros organismos das comunidades, atuando diretamente no local dos fatos, objetivando ali a solução dos problemas que, via de regra, não chegariam ao judiciário.

Assim, convém frisar que vivemos num país “gigante pela própria natureza”, onde os contratos sociais, econômicos e culturais são percebidos entre e dentro de regiões, Estados e Municípios. Essa condição brasileira exige dos Poderes um maior preparo e sensibilização para a afirmação da cidadania. Nesse sentido, o supracitado autor alerta que de nada adianta a afirmação dos direitos, quando a reivindicação dos mesmos se mostra penosa e desestimulante:

De nada adianta serem afirmados direito na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional se, na prática o jurisdicionado precisa percorrer um calvário de exigências formais e aguardar por um tempo excessivo a decisão sobre o

direito reclamado, que resultará em descrédito do Poder Judiciário. Esse Poder age com a constituição, depende de seus juízes, também da classe jurídica, dos advogados e de todos os envolvidos na busca da Justiça e na construção de uma sociedade melhor, para evitar a descrença na justiça (TORRES, 2005, p. 30).

Conforme brilhante artigo escrito pela Magistrada rondoniense Maria Abadia de Castro M. S. Lima, a redemocratização do Estado brasileiro, coroada pela Constituição de 1988, deu ao Poder Judiciário a posição que até então lhe foi sonhada, principalmente pelo período da ditadura militar. Essa nova realidade levou a uma maior consciência do povo no sentido de que o Judiciário ser tornou recebedor das reivindicações para o reconhecimento dos direitos, “tornando este Poder o último depositário da confiança e esperança da população”.¹⁴

Por essa razão, era natural o despreparo do Judiciário em face de tão grande procura, agravando-se assim uma de suas maiores dificuldades, a morosidade. A busca por alternativas para o atendimento eficiente da demanda se mostrou inadiável. Nesse contexto, surge a Justiça Itinerante, possibilitando aos cidadãos o acesso aos serviços judiciais em melhores condições, “com maior rapidez, e o que é melhor, perto de sua casa”.¹⁵

Em vista disso, Torres volta a nos lembrar que os dias atuais revelam outra realidade, vivemos em outro tempo, onde a violência e os problemas, estes envolvendo relações pessoais cada vez mais complexas, se avolumam assustadoramente. Nesse contexto, a imagem do Judiciário vai se desgastando, pois já não consegue corresponder com efetividades às exigências e expectativas do cidadão, sendo necessário a revisão dos métodos de trabalho, aperfeiçoando os distribuidores de Justiça, sem olvidar a humanização do direito, “em que se priorize a conciliação, evitando o caminho de uma sentença que no final resulta em desgosto para uma das partes e, inúmeras vezes, não satisfaz nenhuma delas, gerando mais conflitos” (2006, p. 36).

Mais que a solução das lides, a Justiça Itinerante se propõe a um maior fortalecimento da cidadania, através da orientação e informação sobre os direitos e deveres de cada um enquanto membros da sociedade. Destarte, podemos sintetizar, sem embargos de opiniões em contrário, que os esse modelo de prestação jurisdicional tem por fundamentos a *itinerância*, a adoção de uma *conduta pró-ativa* pelos magistrados, a *conciliação* como método de solução dos litígios e a *promoção da cidadania*.

¹⁴ Garantia Constitucional de acesso à tutela jurisdicional. *Revista do Programa Justiça Rápida*. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Ano 1, n. 1, 2000

4.5 OBJETIVOS

Os objetivos da Justiça Itinerante se apresentam conforme a instantaneidade ou não dos resultados, isto é, em imediatos e os mediatos. Com base nos objetivos imediatos propostos, entre outros, no Projeto *Justiça Itinerante* do TJ/RJ¹⁶, destacamos:

a) A expansão da prestação jurisdicional e a conseqüente democratização da Justiça com a ida do Judiciário até as populações que residem em Municípios que não são Comarcas e nas localidades distantes dos Fóruns. Fundado nessa idéia de uma Justiça mais próxima da população, o Judiciário tem trabalho no sentido de descentralizar seus serviços e implementar projetos viabilizadores da democratização (TORRES, 2005);

b) Atendimento privilegiado às crianças, adolescentes, idosos, deficientes e cidadãos menos favorecidos e/ou hipossuficientes em geral. Não que o atendimento a essas pessoas signifiquem a exclusão das demais, apenas é dada prioridade a esse público. Não podemos esquecer a Justiça Itinerante não se destina apenas às pessoas pobres, mas também àqueles que vivem distantes dos centros, dos Fóruns, o que implica em dizer que entre essas pessoas existem aqueles com melhores condições, mas que ante a localização geográfica em que se encontram, sentem dificuldades para reclamar seus direitos. Situação que deve ser lembrada também, diz respeito às condições das outras partes. Em regra a relação jurídica é bilateral, assim, por mais que, p. ex., o reclamante tenha uma boa condição social, o reclamado pode não ter, o que inviabilizaria a proposição e uma ação na sede da Comarca, já que a este último teria sérias dificuldades para comparecer às audiências;

c) Orientação e educação da população sobre os seus direitos proporcionando meios eficientes de garanti-los. Nesse aspecto merece destaque a preocupação com a necessidade de tornar conhecido os serviços forenses, esclarecendo as atividades do Judiciário através das palestras em escolas e dos programas veiculados nas rádios e televisões, familiarizando o povo com esse Poder (TORRES, 2005). A importância dessa iniciativa relaciona-se com a aptidão que tem o indivíduo de reconhecer seus direitos, nesse sentido trataram Cappelletti e Garth:

A “capacidade jurídica” pessoal, se se relaciona (sic) com as vantagens de recursos financeiros e diferenças de educação, meio e *status* social [...] num primeiro

¹⁵ Idem.

¹⁶ Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Projeto Justiça Itinerante. Elaboração: Juíza Cristina Teresa Gáulia. Janeiro de 2004. Disponível em: http://www.tj.rj.gov.br/projetos_tj/justica_itinerante.htm. Acesso em: 26 de outubro de 2006.

nível está a questão de reconhecer a existência de um direito juridicamente exigível. Essa barreira fundamental é especialmente séria para os despossuídos, mas não afeta apenas os pobres. Ela diz respeito a toda a população em muitos tipos de conflitos que envolvem direitos [...] ademais, as pessoas têm limitados conhecimentos a respeito da maneira de ajuizar uma demanda [...] essa falta de conhecimento por sua vez, relaciona-se com uma terceira barreira importante – a disposição psicológica das pessoas para recorrer a processos judiciais. Mesmo aqueles que sabem como encontrar aconselhamento jurídico qualificado podem não busca-lo (1998, p. 23).

Merece registro a atuação Juíza de Direito Marialva Henriques Daldegan Bueno, coordenadora da Justiça Rápida Itinerante na Comarca de Porto Velho/RO desde 2005, na promoção da divulgação dos trabalhos judiciais nos estabelecimentos de ensino, conforme publicado na sessão de notícias do site institucional do Tribunal de Justiça rondoniense em 24/10/2006:

A convite da direção da Faculdade São Lucas, uma equipe da Justiça Rápida da Comarca de Porto Velho, coordenada pela Juíza Marialva Daldegan, titular do 2º Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital, participou do “Dia da Responsabilidade Social”, no último sábado (21), promovido pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES). No evento, realizado no campus da Faculdade, localizada no Bairro Areal, em Porto Velho, foi instalado um stand da Justiça Rápida Estadual, onde prestou informação e orientação a acadêmicos e moradores do bairro areal.

Consciente da Função Social, a equipe da Justiça Rápida esclareceu aos moradores e acadêmicos presentes no evento o funcionamento da Justiça Itinerante, o modo de atuação, assim como os tipos de serviços que são prestados. De forma descontraída, atendeu também as pessoas dando orientação nas áreas de família, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outros, e as encaminhou para os órgãos competentes.

O Dia da Responsabilidade Social também foi uma oportunidade para a divulgação da 2ª Mega “Operação Justiça Rápida Itinerante”, que se realizará no dia 08 de dezembro do corrente ano, Dia Nacional de Conciliação, nas dependências da Escola E.E.F.M. JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, localizada na Rua Raimundo Cantuária, 5129, Bairro Agenor de Carvalho.

Para a Coordenação da Justiça Rápida de Porto Velho, parcerias como esta são de suma importância para a democratização da Justiça e verdadeira via de mão-dupla, onde a troca de experiências e conhecimento entre a comunidade acadêmica e o Tribunal de Justiça, é convertida em benefícios para a população. Escola Juscelino Kubitschke de Oliveira, localizada na Rua Raimundo Cantuária, 5129, Bairro Agenor de Carvalho.¹⁷

d) Alcance de uma pacificação social eficiente através da conciliação. Como já frisamos nesse trabalho, a conciliação é um dos métodos alternativos denominados *Alternative Dispute Resolution* – ADR, a solução dos litígios por esse método tem dado excelentes resultados. Não obstante o fato de serem rápidos, ágeis e sem maiores complicações, os resultados são mais

¹⁷ Dia da Responsabilidade tem a participação do Judiciário de Rondônia. *Imprensa TJRO*. Disponível em: <http://www.tj.ro.gov.br/noticia/viewMateria.jsp?cdDocumento=6864&tpMateria=2>. Acesso em: 25 de maio de 2007.

duradouros e sólidos. Essa é uma característica importante, principalmente nos casos em que são submetidos à apreciação dos juízes nas Justiças Itinerantes, pois em regra, as comunidades que recebem esses serviços, só os recebem uma vez por ano, daí o porque da solução dos conflitos por meio de uma sentença de mérito que, quase sempre resultam na insatisfação de uma ou ambas as partes, se mostra inviável. A conciliação leva as partes a pactuarem um acordo por elas mesmas, resolvendo a lide através de concessões mútuas. Isso é muito importante em todos os lugares, mas, sobretudo, nas pequenas comunidades, onde os indivíduos mantêm contato diariamente, já que a convivência é quase inevitável;

e) Promover a regularização documental dos cidadãos. A regularização documental se dá com as ações de retificação de Certidões de Nascimento, Justificação de Registro de Nascimento e solicitações de segundas vias de Certidões, e também com o auxílio dos Cartórios de Registros Públicos de Pessoas Naturais e com outros órgãos como o Instituto de Identificação. Na Região Norte, mas precisamente no Estado de Rondônia, as Justiças Rápidas Itinerantes são realizadas em comunidades rurais ou ribeirinhas. Nas primeiras moram os imigrantes, pessoas que vieram, em sua maioria, do sul do país, na esperança por melhores condições de vida, já que passavam necessidades em sua terra. A viagem de mudança dessas pessoas para estas paragens se dava de forma precária, muitos vindo nos caminhões conhecidos por “pau-de-arara”. Nessas condições é natural que muitas coisas se perdessem, entre elas os documentos. Em relação aos ribeirinhos não é diferente, a maioria deles moram há muito tempo nas margens dos rios, por isso não tiveram problemas de perda de documentos com as viagens de mudanças, mas em contrapartida, sabemos que seus meios de locomoção são as canoas – pequenas embarcações movidas a remos – e que estas, não raramente, naufragam, em especial nos dias de chuva, o que faz com que muitos percam seus pertences, entre eles, os documentos. Tudo isso sem falar nas condições precárias em que essas pessoas vivem, em casas sem segurança, suscetíveis ao fogo e a chuva;

f) Implementar o acesso fácil ao Judiciário. Busca-se sob esse prisma facilitar a chegada do povo à estrutura do Judiciário, através de suas unidades móveis. As dificuldades encontradas por certos segmentos da população para a reivindicação de um direito revelam-se obstáculos quase que intransponíveis. Para exemplificar, tomemos o exemplo de um ribeirinho que mora na região denominada Baixo Madeira na Comarca de Porto Velho. O custo para demandar na cidade de é por demais alto, uma vez que há gastos com transporte fluvial, alimentação, locomoção na

cidade, hospedagem e outros, representando um ônus muito grande para uma população que vive quase na linha da miséria.

Assim, fatores como custos financeiros, desgastes físico e emocional, sim, emocional, pois eles precisam vir para uma cidade que não conhecem, não sabem aqui se locomoverem, muitos não sabem sequer ler. Ora, para quem está acostumado a andar em suas canoas nos rios e igarapés, dificilmente tendo contato com veículo de rodas, semáforos e agitação de pessoas, se aventurar em uma cidade grande na busca da tutela jurisdicional a qual talvez não façam *jus* é algo quase impraticável.

Por essa razão, muitos deixam de fruir seus direitos, muitos vivem à margem da sociedade, sociedade da qual eles fazem parte, da qual nas devidas proporções, contribuem para sustentação com o pagamento de impostos imbutidos e com o abastecimento dos supermercados e feiras, com seus produtos cultivados em suas terras, com seu vigor, com sua juventude. Não é justo que o Estado vire as costas para seu povo carente.

Noutro passo, quanto aos objetivos mediatos, citamos:

a) Consolidação de parcerias para uma prestação jurisdicional eficiente. Entre os vários órgãos e instituições parceiras da Justiça Rápida Itinerante, vale destacar a imprescindibilidade do Ministério Público, Defensoria Pública, Poderes Executivos estaduais e municipais e das Polícias Cíveis e Militares. As prefeituras e o Estado cedem os prédios das escolas ou de suas repartições para a realização dos trabalhos, bem como disponibiliza equipe médica e odontológica para o atendimento da população. Nesse trabalho merece registro a atuação da Administração do Município de Candeias do Jamari que durante as Operações realizadas no Distrito de Triunfo, pertencente a esse município, disponibilizou um consultório odontológico móvel para o atendimento público nos anos de 2005 e 06.¹⁸

As polícias militares e civis também merecem destaque, entre outros, pelo trabalho realizado no Distrito de União Bandeirantes no ano de 2005. A equipe do Judiciário foi acompanhada durante os trabalhos nesse Distrito pelas equipes policial, visto que o local era marcado por intensa violência urbana e agrária. Trecho da matéria publicado no jornal Estadão do Norte revela o clima de terror que dominava a região:

¹⁸ Justiça Rápida divulga serviços Operação Itinerante em Itapuã. *Portal Infojus - O portal do Poder Judiciário*. Disponível em: <http://www.infojus.gov.br/portal/ultimaver.asp?lgNoticia=20511>. Acesso em 24 de maio de 2007.

Eles agiam como um bando organizado. Dizendo-se trabalhadores sem terra, fortemente armados e mobilizados, levavam o terror para o distrito de União Bandeirantes, a cerca de 150 quilômetros de Porto Velho. Agora, os principais bandidos caíram nas malhas da Justiça. E foram condenados a pesadas penas. O bando, que só na Fazenda Bom Futuro queimou pasto, tratores, motos, casas - que também chegou a ser acusado de ter assassinado um funcionário - ainda roubou uma Toyota, queimada em praça pública.¹⁹

Diante de tais condições de insegurança, é inconcebível a realização de qualquer trabalho de natureza jurídica sem o apoio policial, razão pela qual as parcerias dessa natureza devem ser mantidas e valorizadas;

b) Promoção da integração entre Juízes e comunidade. Como bem ressaltado por Torres, os juízes precisam estar no meio do povo percebendo seus anseios, “não se isolando no mundo e deixando de perceber as transformações extraordinárias que estão ocorrendo no campo social, econômico, tecnológico-industrial, no comportamento humano e que afetam diretamente o mundo jurídico” (2005, p. 35). Continua o autor afirmando que o Judiciário precisa ficar atento à realidade, acompanhando o crescimento e o desenvolvimento da sociedade, sempre buscando uma reestruturação, a fim de não ser surpreendido e, quiçá, substituído, pela volta da “Justiça Privada”;

c) Modernização da prestação jurisdicional. Vários movimentos estão ocorrendo no Brasil nesse sentido a exemplo do que se deu no Judiciário gaúcho sob o nome de Racionalização da Justiça, citado por Torres, no qual pretendeu-se combater os procedimentos procrastinadores no andamento do processo. Esses movimentos visam “afirmar uma nova concepção de operar o direito diante da insatisfação e do apego a formas ultrapassadas, conservadoras, repetitivas e que em nada contribuíam para a eficiência do processo e a solução dos litígios” (2005, p. 70).

Não é demais lembrar a dificuldade enfrentada jurisdicionados quando necessitam se socorrer do Judiciário:

[...] quem recorre ao Judiciário não assimila a demora, não entende as fórmulas e os procedimentos complicados da vida forense, não aceita rotinas, o linguajar complexo, tudo distante do entendimento normal da comunicação entre as pessoas. Esse afastamento da realidade e da objetividade da vida torna enfadonho o processo, burocratizando a administração da Justiça” (TORRES, 2005, p. 73).

¹⁹ Bandidos que atacavam em União Bandeirantes pegam penas pesadas. *Jornal Estadão do Norte versão para internet*. Disponível em: <<http://www.estadaodonorte.com.br/site/leitura.php?canal=26&id=13343>>. Acesso em: 24 de maio de 2007

Dessa perspectiva, é inegável o risco dos usuários passarem a adotar posturas contrárias ao princípio da inafastabilidade do Judiciário que,

[...] não garante apenas uma resposta jurisdicional, mas a tutela que seja capaz de realizar, efetivamente, o direito afirmado pelo autor, pois o processo, por constituir a contrapartida que o Estado oferece ao cidadão diante da proibição da autotutela deve chegar a resultados equivalentes ao que seriam obtidos se espontaneamente observados os preceitos legais. Dessa forma, o direito à adequada tutela jurisdicional garantido pelo princípio da inafastabilidade é o direito à tutela adequada à realidade de direito material e à realidade social” (MARINONI apud TORRES, 2005, p. 74).

Quando falamos em modernização referimo-nos ao desprendimento das técnicas e praxes anacrônicas que fazem parte do dia-a-dia forense, sendo urgente a adoção de medidas agilizadoras e simplificadoras dos processos, procedimentos, atendimento ao público, entre outros, de modo a trazer melhorias para o desenvolvimento dos trabalhos e, conseqüentemente, da prestação jurisdicional;

d) Propagar a filosofia e objetivos dos Juizados Especiais. Os princípios dos Juizados Especiais objetivam a um amplo acesso à Justiça, permitindo a descentralização da Justiça com a possibilidade de realização de audiências em locais fora da sede da comarca, fortalecendo assim “um conceito de aproximação da Justiça e de ouvir diretamente as pessoas, falar com elas e, com isso, atender ao interesse geral do povo” (TORRES, 2005, p. 103), revelando assim os princípios da oralidade e da informalidade. A conciliação, por sua vez, marco dos Juizados, possibilita a solução dos litígios pelo acordo mútuo entre os litigantes, contrapondo-se à idéia de resolução da causa por meio de uma sentença de mérito. Essa filosofia do Juizado deve ser levada a frente, e difundida entre os jurisdicionados.

4.6 A PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E OS EFEITOS EXTRAJUDICIAIS CAUSADOS PELA PRESENÇA DO JUDICIÁRIO NAS COMUNIDADES

O viver em sociedade só é possível dada a observância das regras por nós mesmos elaboradas através de nossos representantes eleitos. Tal possibilidade decorre do contrato ou pacto social firmado entre os indivíduos com o objetivo de formar uma “sociedade que defenda e proteja com toda força comum a pessoa e os bens de cada sócio, e pela qual, unindo-se cada a todos, não obedeça todavia senão a si mesmo, e fique tão livre como antes” (ROUSSEAU, 2006, p. 29).

A sobrevivência sociedade exige a presença de uma autoridade superior aos particulares, incumbida de assegurar a ordem pública, exercendo o controle, garantindo a fruição dos direitos e aplicação das sanções nos casos de descumprimentos dos deveres, promovendo a pacificação social através do restabelecimento da ordem jurídica violada. Assim, a presença do Estado, através do poderes constituídos, entre eles o Judiciário, se faz necessária e indispensável em todos os setores da sociedade e recantos do país.

É consabido, como lembrado por Torres, que ausência da Justiça pode fazer com que emoções reprimidas e insatisfações possam resultar em danos materiais e em delitos, trazendo consequências desastrosas nas áreas pessoal, familiar e na comunidade, razão pela qual,

a oportunidade para um acordo solucionando uma desavença, um mal-entendido, uma querela, um litígio entre vizinhos, um desentendimento entre pessoas, do mesmo local e outras tantas situações que ocorrem, exigem do Poder Judiciário uma atuação efetiva, resolvendo essas questões, deixando de ser inacessível (2005, p. 97).

Nesse contexto, temos que a presença do Judiciário nas comunidades distantes é de suma importância. Somente para reflexão, poderíamos indagar quantas crianças deixaram de entrar no mundo do crime por terem sua paternidade reconhecida e seu direito a pensão garantido através da Justiça Itinerante realizada anualmente pelo Tribunal de Justiça de Rondônia nos 11 (onze) Distritos que compõe a região denominada Baixo Madeira?²⁰ Ou mais, quantos delitos mais graves como uma lesão corporal, uma ameaça ou até mesmo um homicídio deixaram de ocorrer em razão do cumprimento de uma obrigação de fazer determinada pela mesma Justiça? Diante de tais indagações, é inegável que o Estado deve ser fazer presente em todos os cantões do país, reprimindo e prevenindo os litígios.

Noutro norte, a realização das Operações possibilita aos juízes, promotores e defensores públicos a percepção da realidade fática em que estão vivendo os jurisdicionados, tornando-os não apenas conhecedores, mas também testemunhas diretas das dificuldades que a população enfrenta. Às vezes um problema simples como a queima de uma bomba d'água responsável pelo abastecimento de uma comunidade pode ser rapidamente solucionado, mas em razão das dificuldades de acesso às localidades, acabam se transformando em grandes problemas, surgindo

²⁰ Imprensa TJ/RO. Justiça Rápida da Capital leva atendimento aos moradores do Baixo-Madeira. *Sessão de notícias do site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia*. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/noticia/viewMateria.jsp?cdDocumento=5743&tpMateria=2>>. Acesso em: 27 de maio de 2007.

para as autoridades acima referidas a função de interlocutores dos reclames da população junto às prefeituras e governos.

À respeito do tema, merece destaque a postura adotada pela magistrada Marialva Henriques Daldegan Bueno, quando de sua passagem pelo Distrito de Demarcação em 2005, em relação aos problemas que os moradores daquela comunidade estavam enfrentando para a o transporte escolar de suas crianças, que dependiam do barco do município para cruzarem de uma margem para outra do rio Madeira, rio no qual o tráfego de embarcações e balsas é de grande intensidade no período da safra, já que serve de corredor para o escoamento da produção de grãos de parte do Estado do Mato-Grosso, Rondônia e Acre. Sensível a situação presenciada, encaminhou ofício ao Prefeito do Município de Porto Velho dando ciência dos fatos e solicitando providências, conforme trecho abaixo:

Quando da presença da Operação da Justiça Rápida Itinerante na localidade de Cujubim Grande, ocorrida no dia 29/08/2005, constatamos a total carência da população local e os esforços por ela empreendidos e não atendidos, no que tange ao pleno funcionamento da Escola Municipal Deigmar Moraes de Souza, bem como do barco responsável pelo transporte dos alunos ribeirinhos até a referida escola, oportunidade em que condoídos com a situação apresentada vimo-nos na necessidade de interceder junto à essa prefeitura municipal procurando solucionar ou ao menos minimizar os problemas daquela população.

Primeiramente, cumpre-nos esclarecer que o barco que realiza o transporte escolar encontra-se em péssimas condições de funcionamento, eis que já veio - segundo informações da população - com defeitos de fábrica e sem garantia, podendo vir a quebrar a qualquer momento no meio do rio e colidir com outro barco, ou até mesmo uma balsa, colocando em risco a vida dos pequenos que não tem outro meio de transporte a não ser o barco da Secretaria de Educação.

Além disso, é oportuno salientar que a constante inoperância do barco da SEMED tem sido responsável pelas inúmeras ausências dos alunos da sala de aula, sendo que existem aproximadamente 13 (treze) crianças que chegam a perder, em um só mês, quase duas semanas de aula, situação esta que traz graves prejuízos na constituição educacional dos mesmos.

Desta forma, repetimos, é necessária uma atenção especial por parte dessa municipalidade quanto às dificuldades encontradas pela população [...] principalmente no que diz respeito ao pleno funcionamento do barco que realiza o transporte escolar, que esperamos sejam solucionados em caráter de urgência.

Na oportunidade, encaminhamos, em anexo, cópia da carta protesto, elaborada pelos moradores da comunidade.²¹

Não podemos olvidar que enquanto sociedade fraterna, todos nós somos responsáveis por sua construção de forma justa, livre e solidária, isso exige esforços que vão desde as pessoas

²¹ Ofício nº 112/2005/JR - Baixo Madeira, encaminhado ao Prefeito do Município de Porto Velho em 2005.

mais humildes até mais altas autoridades, bem como a atenção de todos aos pequenos e aos grandes problemas.

4.7 EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS DE JUSTIÇA ITINERANTE

A Justiça Itinerante no Estado de Rondônia tem se destacado pela grandiosidade de seus resultados, não apenas por ter sido uma das primeiras, talvez a primeira a ser realizada no Brasil, mas pelo empenho e dedicação das pessoas envolvidas nesse trabalho, bem como pela aceitação e reconhecimento pela população. A prova de sua excelência revelou-se com a realização do Dia Nacional de Conciliação em 08/12/06, evento idealizado e organizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no qual o Tribunal de Justiça rondoniense participou com a realização de audiência de conciliação nas 22 Comarcas do Estado,²² sob o comando da Comissão Coordenadora dos Juizados Especiais do Estado, presidida pelo Desembargador Paulo Kiyochi Mori, e auxílio imprescindível da Juíza de Direito Marialva Henriques Daldegan Bueno e sua equipe, destacando-se com um elevado índice de conciliação obtido, isto é, das 1201 audiências realizadas naquele dia, 1100 foram resolvidas por meio de acordo, resultando assim num total de 91,50% de acordos obtidos²³. Vale destacar, para orgulho daqueles que vivem e trabalham neste solo, que o referido índice foi o maior entre os Tribunais de Justiça do país.

Há outros projetos que, pelos bons resultados alcançados, tem seus esforços reconhecidos, entre outros, pelo Ministério da Justiça que desde 2005, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, visando a valorização de práticas de gestão surgidas dentro do próprio Poder Judiciário, a partir da iniciativa dos magistrados que se revertem em benefício direto à população, vem elegendo e premiando as melhores idéias com *O Prêmio Inovare: o Judiciário do Século XXI*. O certame revela-se uma vitrine para expor e difundir as práticas pioneiras e bem sucedidas de gestão do Poder Judiciário brasileiro que contribuam para a modernização, melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços da Justiça. Entre os trabalhos premiados, merece destaque o Juizado Volante Ambiental – JUVAM, do Tribunal de Justiça do Mato-Grosso, por se destinar a um atendimento rápido e eficiente às demandas cíveis e criminais relativas ao meio ambiente. O projeto surgiu da percepção do desembargador Licínio Carpineli Stefani sobre as

²² Conselho Nacional de Justiça – CNJ. *Relatório da Programação do Dia Nacional de Conciliação*. Disponível em: <<http://www.conciliar.cnj.gov.br/conciliar/arquivos/Relat.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2007.

questões ambientais presentes em seu Estado, conhecido pela sua rica biodiversidade. Conforme consta da publicação do prêmio:

O JUVAM é, por definição, um juizado móvel especializado em processar e julgar feitos cíveis e criminais relacionados à matéria ambiental considerada de menor complexidade, aplicando-se a Lei estadual nº 6.176/1993 e a Lei nº 9.099/1995, no que couber. Como em qualquer juizado do Brasil, os princípios orientadores do procedimento no JUVAM são a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível a conciliação, a transação e a reparação dos danos causados. Somada a tais diretrizes, o Juvam apresenta mobilidade em sua estrutura, atuando como verdadeiro longa *manus* do Poder Judiciário. Trata-se de uma nova atividade jurisdicional em busca de solução dos conflitos de interesses metaindividuais, ou seja, daquelas situações que transcendem a titularidade individual para afetar os integrantes de uma coletividade. Recebida a reclamação, a equipe formada por um conciliador, um oficial de Justiça, um escrevente, um perito ambiental e um representante da Curadoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual deslocam-se até o local do ocorrido para apuração da autoria e materialidade dos fatos. Com a implantação das atividades do JUVAM houve o aumento da conscientização dos cidadãos na compreensão da legislação ambiental, dos direitos que são destinatários, bem como do trabalho desse órgão na proteção do meio ambiente e da qualidade de vida. Assim, a educação ambiental torna-se um traço marcante da iniciativa, sendo feita, por exemplo, por meio de teatros de fantoches em escolas, com o objetivo de conscientizar as crianças para que elas sejam futuras parceiras na proteção ambiental da região.²⁴

Vale destacar que o *Innovare* não se esgota com a premiação dos vencedores, mas também traz menções honrosas para as idéias que não lograram êxito em vencer o concurso, mas que não deixam de servir de exemplo para todos nós, como o Projeto *Justiça e Comunidade* do Tribunal de Justiça do Pará, no qual o Judiciário vai às ruas e à floresta julgar com celeridade e eficiência questões simples do cotidiano da população carente. A iniciativa busca viabilizar o acesso à Justiça da comunidade rural e ribeirinha de Santarém, consistindo no,

mapeamento das localidades que necessitam da presença do Poder Judiciário e de ações de cidadania, objetivando, além da tutela jurisdicional, serviços essenciais aos cidadãos, como expedição de certidões de nascimento, casamento, documentos de identidade, carteiras profissionais, entre outros. A partir da triagem dos locais, inicia-se a fase de levantamento de dados sobre a população e a divulgação maciça de quando e como os mencionados serviços serão prestados.

Para a realização das atividades, o Programa contou com o apoio dos seguintes parceiros: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sociedade civil, Prefeitura de Santarém, Defensoria Pública, Ministério Público, Senac e algumas faculdades de

²³ Conselho Nacional de Justiça – CNJ. *Resumo de atividades do Dia Nacional de Conciliação*. Disponível em: <<http://www.conciliar.cnj.gov.br/conciliar/arquivos/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2007.

²⁴ I Prêmio Innovare: o Judiciário do Século XXI. *Resultados da primeira edição*. Disponível em: <[http://www.premioinnovare.com.br/innov/paginas/ver/Resultados_da_Primeira_Edi%E7%E3o](http://www.premioinnovare.com.br/innov/paginas/ver/Resultados_da_Primeira_Edi%Edi%E7%E3o)>. Acesso em: 26 de maio de 2007.

Direito em Santarém. A prática inicia-se com a visita dos defensores públicos ao bairro escolhido, um mês antes da instalação do programa Justiça e Comunidade. O objetivo é informar a população sobre os serviços que serão prestados e prepará-la para o ajuizamento de ações. Cientes dos litígios que devem ser propostos, os defensores elaboram as petições iniciais e as distribuem aos juízes cíveis. Na data marcada para atendimento pelo programa, a equipe composta de dois juízes, dois promotores, cinco defensores, funcionários, advogados solidários e acadêmicos de direito deslocam-se até o bairro designado.

A instalação do programa Justiça e Comunidade ocorre em escolas municipais e estaduais, e na falta delas, em barracões montados pela própria equipe. Quando se trata de comunidades ribeirinhas, o deslocamento se faz por meio de barcos. Nas comunidades rurais, o acesso é realizado por ônibus.

Os recursos são auferidos com o estabelecimento de termos de cooperação entre tais entidades e o Poder Judiciário. Após a montagem do local de atendimento, que deverá ser o mesmo local utilizado pelos defensores no mês anterior, há distribuição de senhas aos cidadãos, organizando dessa forma a rotina daquele dia.

As matérias da competência do programa Justiça e Comunidade são exclusivamente as matérias das varas cíveis da comarca de Santarém, que abrange as relacionadas ao direito de família, órfãos e sucessões. A estrutura montada é formada por computadores e impressoras que pertencem ao patrimônio do Poder Judiciário do Pará e que são deslocados juntamente com a equipe.²⁵

Outra experiência bem sucedida é o Projeto *Justiça Sobre as Águas*, do Tribunal de Justiça do Amazonas, no qual os serviços judiciais são levados aos povos ribeirinhos a bordo do barco “Catuiara”, que na língua indígena Nheengatu, derivada do tronco geral Tupi, significa “juiz bom”. Esse trabalho, além da prestação jurisdicional, leva também, conforme matéria publicada no site do STF: “a cidadania para as pessoas que vivem isoladas geograficamente que não constam das estatísticas, que nascem e morrem sem que um dia o Estado tenha sido, ao menos, informado da existência delas”. A mesma matéria também traz as informações de que:

O traçado do Catuiara segue o modelo das embarcações típicas da região. A sua função de juizado especial, no entanto, foi inspirada em um barco da Justiça do Amapá. Desenvolvido para funcionar como um pequeno tribunal, abriga, em seus 27 metros de comprimento, salas de espera, de audiência, de expedição de documentos, gabinetes do juiz e do promotor, cozinha, refeitório e seis camarotes, sendo duas suítes - tudo com ar-condicionado, vale dizer.

O barco custou 900 mil reais, dos quais 80% foram pagos pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM) e 20% pelo Banco do Brasil. A bordo, leva, além do juiz e do promotor, três conciliadores, um técnico judiciário, para lidar com a burocracia, funcionários da secretaria de segurança, para expedir carteiras de identidade, e do cartório de registro civil.

Em seu primeiro dia de trabalho (19/4), o Catuiara deixou Manaus rumo à comunidade Julião, na qual moram 95 famílias, totalizando 400 pessoas em média. Entre o vilarejo e a capital, não há ligação por terra. O rio é que funciona como estrada. Os 32 quilômetros que os separam, em linha reta, foram percorridos em pouco mais de uma hora. Enquanto o barco deslizava pelo Rio Negro, a comunidade, que existe há cerca de 30 anos, preparava-se para ver um juiz pela primeira vez.

²⁵ Idem.

Bastou o Catuiara dar um apito ao se aproximar do povoado que apareceram crianças, mulheres e homens para ver o tão esperado barco. Eles tinham sido avisados, dias antes, que receberiam a visita da Justiça e aprontaram seus pedidos. O juiz Carlos Zamith, coordenador do projeto, sabia que o primeiro passo de sua equipe seria arrumar a documentação daquelas pessoas, muitas das quais nem sequer tinham certidão de nascimento. "Se o registrador não vai, eles não vêm", explicou Zamith, lembrando que a ausência do Estado e o isolamento cultural e geográfico fazem com que milhares de pessoas vivam sem ter esse primeiro documento, indispensável ao exercício da cidadania.²⁶

Também merece reconhecimento o trabalho do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em relação a Justiça Itinerante, que por eles, é feita com o auxílio de um ônibus com estrutura de um cartório judicial, percorrendo as localidades onde ainda não existem Fóruns, seguindo um cronograma de atividades pré-definidas, colocando a estrutura da máquina judiciária ao alcance de todos. De acordo com informações do site institucional do Tribunal,

o atendimento é rápido e fácil. Há um procedimento inicial no qual o interessado narra o caso a um funcionário, que redige um termo e formaliza a ação. Para isso, as partes devem levar documentos pessoais e outros que comprovem os fatos relatados. Após um prazo médio de 30 dias, o ônibus retorna ao local para a realização de audiência. Cerca de 80% dos casos são resolvidos por meio de conciliação, mas se esta não for alcançada, o juiz responsável profere uma sentença e decide a causa.²⁷

Conforme ressalta Torres, o resultado que se pode tirar de experiências como as mencionadas, é que através de Juizados como os itinerantes se torna possível resgatar e amparar o amplo acesso à Justiça, princípio com assento no texto constitucional. É um modo do Judiciário se fazer observado por todos, estando presente em locais desprovidos de sua presença, onde procura-se a adoção de uma postura diferente daquela que é praticada nos Fóruns, facilitando sua compreensão pelo cidadão comum.

Em fim, faço uso das palavras do citado autor para dizer que “como se vê, o sistema tradicional e formal está cedendo lugar a alternativas que procuram vencer os problemas de lentidão e demora na entrega da prestação jurisdicional” e melhor, “sem ofender os cânones legais, levando o Poder Judiciário às comunidades” (2005, p. 85).

²⁶ Justiça sobre as águas do Amazonas. *Sessão de notícias do Site do Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/ultimas/ler.asp?CODIGO=88840&tip=UN¶m=>. Acesso em: 26 de maio de 2007.

²⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Juizado Itinerante. Disponível em: http://www.tjdft.gov.br/imprensa/acs_direito_jornalista/acs_abc_tjdft/acs_guia_abc_linstanci/acs_abc_comp_juizadoint.htm. Acesso em: 26 de maio de 2007.

CONCLUSÃO

As dificuldades do acesso à justiça, revelados, entre outros, pelos obstáculos demonstrados ao longo deste trabalho, impulsionou a criação das três *ondas de acesso* por Cappelletti e Garth, consistindo a última na obtenção de múltiplos fins como a adoção de procedimentos mais acessíveis, simples e racionais, na promoção de uma justiça baseada na conciliação e equidade social distributiva, bem como na criação de métodos mais acessíveis para solução das lides, no qual objetiva-se a superação da excessiva burocratização.

Nesse contexto da terceira *onda* surgiu em nosso país a Lei dos Juizados de Pequenas Causas, posteriormente substituído pela Lei nº 9.099/99 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), e com ela a possibilidade da realização de audiências fora da sede da Comarca (art. 94), favorecendo assim o nascimento da Justiça Itinerante, uma idéia brasileira, de levar a prestação jurisdicional àqueles que por diversas razões, como a falta de informação e a escassez de recursos financeiros, sempre a tiveram, isto é, quando tiveram, de modo precário.

Ao contrário dos que alguns defendem, a Justiça Itinerante não se preza a desafogar o Judiciário, uma vez que a maioria das causas que são resolvidas nela jamais chegaria às Varas, o que nos leva a crer cada vez mais que a itinerância do Judiciário visa atender, precipuamente, as demandas reprimidas, ou seja, a litigiosidade contida, contribuindo de forma decisiva para a pacificação das comunidades longínquas e/ou periféricas.

Os resultados obtidos foram tão significantes que através da EC 45/04, a implantação da Justiça Itinerante passou a ser mandamento constitucional. Não há dúvidas que as mudanças

destinadas a uma construção de uma justiça melhor representam fator de suma importância para prestação jurisdicional, sendo indispensável a sensibilidade dos integrantes do poder para a concretização.

A realização de forma de prestação jurisdicional requer a quebra de alguns paradigmas, que aos poucos vem sendo modificados pela implementação da conciliação na solução dos conflitos, da oralidade, da informalidade etc., razão pela qual, merece destaque as palavras do Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, no sentido de que: “a Justiça itinerante deve-se a cada magistrado que teve a sensibilidade de mudar de paradigma em atender bem ao povo, que tem sede de justiça”,²⁸ não podemos deixar de acrescentar também a importância dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como dos serventuários da Justiça para a consecução dos objetivos propostos.

Por fim, resta-nos dizer que entre os motivos determinantes para a escolha do tema, esteve a necessidade defender a implantação e a manutenção dos trabalhos da Justiça Itinerante. Nosso objetivo é reforçar a idéia de indispensabilidade da continuidade dos trabalhos, visto os incalculáveis benefícios trazidos à população. Com tristeza, tivemos a notícia da suspensão da “Operação Justiça Rápida Itinerante” em nosso Estado²⁹, mormente por ter se dado em Rondônia seus primeiros registro e por ter sido através da Operação que Tribunal de Justiça alcançou o maior índice de conciliação no Dia Nacional de Conciliação do país.³⁰

²⁸ Entrevista concedida em 05/04/05, ao programa *A Hora do Povo*, da Rádio Rondônia FM 93.6. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/noticia/viewMateria.jsp?cdDocumento=3627&tpMateria=2>>. Acesso em: 30 de maio de 2007.

²⁹ Corte orçamentário impede realização de Justiça Rápida. Matéria publicada em 10/01/2007. *Sessão de notícias do Site do Tribunal de Justiça de Rondônia*. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/noticia/viewMateria.jsp?cdDocumento=7400&tpMateria=2>>. Acesso em: 30 de maio de 2007.

³⁰ Conselho Nacional de Justiça – CNJ. *Resumo de atividades do Dia Nacional de Conciliação*. Disponível em: <<http://www.conciliar.cnj.gov.br/conciliar/arquivos/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Frederico do Valle. *O custo financeiro do processo*. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, 15 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4485>>. Acesso em: 27 de abril de 2007.

ALMEIDA, Gregório Assagra. *Interesses Difusos e Coletivos (Consumidor, Ambiental, ECA e Tutela Jurisdicionais Coletivas)*. Módulo I. Curso de Pós-Graduação em Interesses Difusos e Coletivos – PRO OMNIS/IELF/UNAMA/UVB. Coordenadora e revisora: Professora Doutora Ada Pellegrini Grinover 2005. Disponível em: <<http://www.uvb.com.br/main/posgraduacao/TutelaDireitoDifusoColetivo/AulasImpressas/livro.pdf>>. Acesso em: 9 de maio de 2007.

ALVIM, José Eduardo Carreira. *Justiça: acesso e descesso*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4078>>. Acesso em: 4 de maio de 2007.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a história: História Geral e História do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2000.

AZKOUL, Marco Antônio. *Justiça Itinerante*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.

BARBOSA, Águida Arruda. GROENINGA, Giselle. *Mediação e o acesso à Justiça*. Pai Legal.net. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/mediation.asp?rvTextoId=-1694162628>>. Acesso em: 16 de maio de 2007.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1988.

CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito Geral e Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

COELHO, Lílian Dias. *O Acesso à Justiça e a conscientização da importância dos Juizados Especiais como um instrumento de resgate da cidadania e da dignidade humana*. Fundação Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://www.femperj.org.br/artigos/acesso_a_justica.php>. Acesso em: 2 de maio de 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Movimento pela conciliação*. Disponível em: <<http://www.conciliar.cnj.gov.br/conciliar/pages/conciliacao/Conciliacao.jsp>>. Acesso em: 17 de maio de 2007.

DALLARI, Dalmo. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *A Defensoria: história*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.dpge.rj.gov.br/arq_htm/historia.htm>. Acesso em: 07 de maio de 2007.

ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Prêmio Inovare – O Judiciário do século XXI: A reforma silenciosa da Justiça*. Centro de Justiça e Sociedade. Rio de Janeiro: 2006.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. *Acesso à Justiça uma visão sócio-econômica*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Est. de Ponta Grossa. 2001. Disponível em: http://www.uepg.br/nupes/justica/Justica_Cidadania.htm#n23. Acesso em: 3 de maio de 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A problemática dos interesses difusos. In, *A Tutela dos Interesses Difusos*. Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Editora Max Limonad, 1984.

MARTINEZ, Vinício C.. *Estado liberal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1276, 29 dez. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9335>>. Acesso em: 29 de maio de 2007.

MAULAZ, Ralph Batista. *Os Paradigmas do Estado de Direito – O Estado Liberal, O Estado Social (Socialista) e o Estado Democrático de Direito*. Disponível em: <<http://www.atame-df.com.br/material/doc/mat06032401.doc>>. Acesso em: 30 de maio de 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Justiça e Economia*. Brasília: Séc. de Reforma do Judiciário. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/reforma/pdf/publicacoes/judiciario_economia.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2007.

MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NALINI, José Renato. *Novas perspectivas no acesso à justiça*. Direitos Humanos & Cultura. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/lex/acesso/textos/perspec_justica.> Acesso em: 3 de maio de 2007.

PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. *História Moderna e Contemporânea*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. *Acesso à Justiça no Direito Processual Brasileiro*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Claret, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. I, 41 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TORRES, Jasson Ayres. *O acesso à Justiça e soluções alternativas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

OBRAS CONSULTADAS

BETIOLI, Antônio Bento. *Introdução ao Direito*. 7.ed. São Paulo: Letras&Letras, 2000.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação*. 14.ed. Porto Alegre:s.n., 2005.